



SAMANTA CRISTINA DA SILVA

**OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO: UMA
REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA SOBRE TESES E
DISSERTAÇÕES NO BRASIL**

LAVRAS-MG

2018

SAMANTA CRISTINA DA SILVA

**OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA DA LITERATURA SOBRE TESES E DISSERTAÇÕES NO BRASIL**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para obtenção do título de Bacharel.

Prof. Dr. José de Arimatéia Dias Valadão
Orientador

LAVRAS-MG

2018

SAMANTA CRISTINA DA SILVA

**OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA DA LITERATURA SOBRE TESES E DISSERTAÇÕES NO BRASIL**

**OBJECTIVES OF MILLENNIUM DEVELOPMENT: A SYSTEMATIC REVIEW OF
LITERATURE ON THESES AND DISSERTATIONS IN BRAZIL**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em 29 de janeiro de 2018.

Dr. José de Arimatéia Dias Valadão UFLA

Me. Valderí de Castro Alcântara UFLA

Prof. Dr. José de Arimatéia Dias Valadão
Orientador

LAVRAS-MG

2018

AGRADECIMENTOS

“Os olhos do Senhor estão voltados para aqueles que o temem; ele é um poderoso protetor, um sólido apoio, um abrigo contra o calor, uma tela contra o ardor do meio-dia, um sustentáculo contra os choques, um amparo contra a queda.” Em primeiro lugar agradeço a Deus por fazer destas palavras acima verdadeiras em minha vida e pelo dom da vida.

Às vezes as palavras são insuficientes para demonstrarmos à gratidão para pessoas que ao longo desses quatro anos fizeram parte da minha vida. Levo comigo uma parte de cada um. Cada momento que compartilhamos, vai ficar pra sempre guardado em minha memória e no meu coração.

Agradeço a minha mãe Cléria e meu padrasto Erick e minha irmã Millena por todo carinho e dedicação. Aos meus avôs Maria Ângela e José Manoel, minha eterna gratidão por ter dedicado tanto tempo a minha felicidade e por terem compartilhado comigo a realização desta conquista. O sentimento que eu tenho com a realização deste sonho é inteiramente dedicado a vocês. Obrigado por tudo!

Agradeço a meu companheiro e amigo, meu namorado Ezequiel, por estar ao meu lado e ter paciência nos momentos difíceis.

Aos companheiros de TVU, em especial Lídia, Grazielle, Laís e Rafael obrigado pelo aprendizado e por alegrarem minha manhã. Hoje se não fosse uma administradora pública, talvez me dedicaria ao jornalismo, mais ainda dá tempo.

As meninas do apartamento 102 que me acolheram e me fizeram sentir em um verdadeiro lar, o meu muito obrigado! Tenho certeza que ainda vamos nos encontrar pela vida!

A minha grande amiga Jéssica que compartilhou comigo as alegrias e sofrimentos de uma graduação.

Aos amigos que a UFLA me presenteou Renilze, Thúlio e Danielle por dividirem além da sala de aula, as felicidades das boas notas e os esforços para trilhar a jornada.

As minha amigas Elaine e Greicy por me apoiar e incentivar nos momentos difíceis.

A minha equipe de catequese por perdoar minhas ausências, para estudar, e me ajudar a conduzir crianças e adolescente aos caminhos de Deus.

Ao meu orientador por me auxiliar e me ajudar em meu aprendizado.

A TODOS O MEU MUITO OBRIGADA!

RESUMO

A partir da década de 1970 a temática da sustentabilidade se intensificou em âmbito mundial a partir da Conferência de Estocolmo, mas foi por meio do Relatório “Nosso Futuro Comum”, produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que surgiu o conceito de Desenvolvimento Sustentável. A conferência Rio-92 mostrou o interesse mundial pelo futuro do planeta e o interesse de vários países em estabelecer o desenvolvimento sustentável como uma meta a ser conquistada pela sociedade e pelos governos do mundo. A Cúpula do Milênio ocorreu em Nova Iorque no ano 2000 e refletiu preocupações de 191 chefes de Estado onde, por meio dela, surgiu a Declaração do Milênio que é o documento mais importante dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM). Ao todo foram criados 8 objetivos do milênio segmentados por 18 metas e 48 indicadores, que vigoraram até 2015. Diante da relevância desses objetivos e dos esforços dos países em alcança-los, este trabalho visou fazer uma revisão sistemática da literatura brasileira mapeando as teses e dissertações, relacionados com a temática dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. A busca destes trabalhos se deu por meio do portal de teses e dissertações da Capes, onde foram encontrados 132 trabalhos. Após estabelecer critério de exclusão, os trabalhos foram analisados e selecionados. Assim, ao todo restaram 63 publicações, 52 dissertações e 11 teses. Como organização, eles foram divididos em áreas temáticas, conforme se vinculava a um ODM. Dessa forma, foi possível ter 7 trabalhos na área destinada a pobreza, fome e alimentação, 5 relacionados a educação, 3 direcionados a igualdade e participação, 20 voltados para área da saúde, 24 para área de desenvolvimento sustentável, 4 voltados para a área de ação social e solidariedade 3 outros que se relacionavam a outras áreas. Foi possível concluir que grande parte desses trabalhos fala sobre a necessidade de políticas públicas efetivas, como mostram a efetivação dos ODMs em algumas regiões pesquisadas. A principal contribuição que esses trabalhos dão para se cumprir os ODSs é a de que se invista em políticas públicas e se use os instrumentos de participação e planejamento que já existem para se conseguir colocar em prática um plano de ação efetivo de sustentabilidade para o planeta e as pessoas até em 2030.

Palavras-chave: Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. Desenvolvimento Sustentável. ODM. Teses. Dissertações.

ABSTRACT

Since the 1970s, the theme of sustainability has intensified worldwide since the Stockholm Conference, but the concept of Sustainable Development has emerged through the Common Future Report produced by the World Commission on Environment and Development. The Rio-92 conference showed worldwide interest in the future of the planet and the interest of several countries in establishing sustainable development as a goal to be achieved by society and the governments of the world. The Millennium Summit took place in New York in the year 2000 and reflected the concerns of 191 heads of state where the Millennium Declaration emerged, the most important document of the Millennium Development Goals (MDGs). In all, 8 Millennium Goals were created, segmented by 18 goals and 48 indicators, which were in force until 2015. In view of the relevance of these objectives and the efforts of the countries to achieve them, this work aimed at a systematic review of the Brazilian literature mapping the theses and dissertations published in the year 2006 onwards related to the theme of the Millennium Development Goals. The search of these works was done through the portal of theses and dissertations of Capes, where 132 works were found. After establishing exclusion criteria, the works were analyzed and selected. Thus, there were 63 publications, 52 dissertations and 11 theses. As an organization, they were divided into thematic areas, as linked to an MDG. In this way, it was possible to have 7 works in the area destined to poverty, hunger and food, 5 related to education, 3 aimed at equality and participation, 20 focused on health, 24 for sustainable development, 4 focused on the area of social action and solidarity 3 others that related to other areas. It was possible to conclude that most of these papers talk about the need for effective public policies, as shown by the achievement of the MDGs in some regions surveyed. The main contribution that these works give to complying with the ODSs is that they invest in public policies and use the instruments of participation and planning that already exist to be able to put into practice an effective action plan of sustainability for the planet and people by 2030.

Keywords: Millennium Development Goals. Sustainable development. ODM. Theses. Dissertations.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	1
2 REFERENCIAL TEÓRICO	3
2.1 O contexto da Sustentabilidade	3
2.2 A origem dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM)	6
2.3 O que são os ODMs	8
2.3.1 OBJETIVO 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome	9
2.3.2 OBJETIVO 2: Atingir o ensino básico universal	10
2.3.3 OBJETIVO 3: Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres	10
2.3.4 OBJETIVO 4, 5, 6: Reduzir a mortalidade infantil, Melhorar a saúde materna e Combater o HIV/AIDS, a Malária e outras doenças	11
2.3.5 OBJETIVO 7: Garantir a sustentabilidade ambiental	13
2.3.6 OBJETIVO 8: Estabelecer parceria mundial para o desenvolvimento.....	14
2.4 Dos ODMs para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	15
3 PROCESSOS METODOLÓGICOS.....	18
3.1 Procedimentos metodológicos.....	19
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	22
4.1 Área Temática: Pobreza, fome e alimentação.....	23
4.2 Área Temática: Educação.....	28
4.3 Área Temática: Igualdade e Participação.....	32
4.4 Área Temática: Saúde.....	35
4.5 Área Temática: Desenvolvimento Sustentável.....	46
4.6 Área Temática: Cooperação e Ação Social.....	59
4.7 Área Temática: Outros.....	61
5 CONCLUSÃO	62
REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com as questões ambientais ganhou destaque na década de 1960, mas é a partir de 1970 que essa temática começa a ser discutida em âmbito mundial por meio da Conferência de Estocolmo (MARTINS, 2004; LIRA; FRAXE, 2014). A Conferência foi realizada em 1972 e foi um grande marco para o debate sobre desenvolvimento, pois por meio dela ficou clara a ideia de que desenvolvimento econômico não trazia bases de preservação ambiental (MARTINS, 2004).

Na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, por meio do relatório “Nosso Futuro Comum”, é que surge o conceito de desenvolvimento sustentável (DS) e fica definido como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (MARTINS, 2004; LIRA; FRAXE, 2014; LAYRARGUES, 1997). Chegar a um DS seria solução de problemas ambientais em dimensões sociais, políticas e culturais (ARAÚJO; BARROSO; SOUZA, 2014).

Em 1992 foi à vez da cidade do Rio de Janeiro ser marcada pelo contexto da sustentabilidade, pois foi neste ano que a cidade sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Eco-92 ou Rio-92. Martins (2004) ressalta que a Eco-92 mostrou o interesse mundial pelo futuro do planeta e pelo interesse de muitos países em reconfigurarem as relações entre desenvolvimento socioeconômico e modificações no meio ambiente. Além disso, nesta conferência se estabeleceu o DS como uma das metas a serem conquistadas pela sociedade e pelos governos do mundo (ARAÚJO; BARROSO; SOUZA, 2014). Cinco documentos nasceram como fruto dessa conferência, em especial um que ganhou destaque foi a Agenda 21.

A Agenda 21 seria um instrumento de planejamento para construir sociedades sustentáveis, pois conciliaria métodos de proteção ambiental, economia, justiça social e eficiência (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2012). Além disso, ela pode ser considerada um documento consensual, pois supera as controversas entre crescimento econômico e sua relação com os recursos naturais (TEIXEIRA, 2006).

Com a entrada no novo milênio, foi realizado no ano 2000 a Cúpula do Milênio que dá origem a Declaração do Milênio, que visa ir ao encontro das necessidades reais das pessoas de

todo o mundo. A Cúpula ocorreu em Nova Iorque e refletiu preocupações de 191 chefes de Estado. A Declaração do Milênio é o documento mais importante dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, mais conhecido como ODM (ANDRADE, 2013).

Ao todo foram 8 objetivos¹. Esses objetivos foram segmentados por 18 metas e 48 indicadores, com agenda pautada até 2015, considerando igual importância entre essas metas (REZENDE, 2007). Essas metas e indicadores representaram a união de vários países em busca do desenvolvimento, firmando parcerias nacionais e internacionais para se colocar em prática tais propostas.

Há autores como Andrade (2013) e Samborski (2016) que afirmam que o Brasil cumpriu o ODM 1 antes mesmo do tempo previsto, e Kozak (2016) diz que a meta relacionada à mortalidade infantil também teve êxito. Contudo, há autores, como Ferreti (2008), que apontam o não cumprimento do ODM 7 no país. O jornal O Globo já afirma que de fato o Brasil não cumpriu com todos os objetivos como igualdade de gênero e saneamento básico sendo objetivos não alcançados.

Garcia e Garcia (2016) apontam que apesar do país não ter cumprido todos os ODMs foi possível ver que estabelecer metas e objetivos de fato funcionam e foi nesse sentido que a ONU criou novos objetivos para fazerem parte da nova agenda de desenvolvimento sustentável. Esses novos objetivos complementam os anteriores e priorizam os objetivos que não foram cumpridos.

Atualmente vive-se uma nova agenda, a dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esta nova agenda se caracteriza como um plano de ação para o planeta e as pessoas nos próximos 15 anos, indo até o ano de 2030. Essa deliberação sobre a nova agenda ocorreu, como na Declaração do Milênio, com a presença dos chefes de Estado e Governo e Altos Representantes, que se reuniram na sede das Nações Unidas em Nova York, em setembro de 2015. Os novos objetivos agora são 17, permeados por 169 metas que levam em consideração as metas não alcançadas pelos ODMs.

¹ 1- Erradicar a extrema pobreza, 2- Atingir o ensino básico universal, 3- Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, 4- Reduzir mortalidade na infância, 5- Melhorar a saúde materna, 6- Combater HIV/AIDS, malária e outras doenças, 7- Garantir sustentabilidade ambiental e 8- Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Diante da importância dos ODMs no contexto nacional e internacional e do esforço do país em se alcançar tal proposta é possível levantar o questionamento de como os estudos na literatura brasileira sobre os ODMs tem sido tratados tendo em vista os ODSs.

Com isso, este trabalho visou fazer uma revisão sistemática na literatura brasileira existente, mapeando as teses e dissertações, relacionados com a temática dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio tendo em vista os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Por meio disso, foi apresentado quais são esses objetivos, suas metas e indicadores propostos, bem como alguns de seus resultados, apresentados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O mapeamento das publicações se deu por meio de pesquisa no banco de teses e dissertações da Capes, que teve como base a seleção e os critérios de inclusão e exclusão desses trabalhos. Esse mapeamento teve o propósito de contribuir com futuras pesquisas que optam pela temática da sustentabilidade, pois trata de forma clara as publicações e suas correlações com o tema. A revisão sistemática empregada contribui na sistematização do conhecimento e dá margem para se apontar questionamentos que ainda não foram tratados. A base teórica apresentada vincula-se ao debate de desenvolvimento sustentável, onde foi abordado o contexto da sustentabilidade, que propiciou o surgimento dos Objetivos do Milênio e também a transição dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A base teórica visa mostrar o contexto em que a sustentabilidade foi criada e o que a criação do conceito de sustentabilidade propiciou para as nações. Com o surgimento desse conceito, os países puderam atentar-se mais para essa temática e buscar formas e meios de se adotar medidas mais sustentáveis, uma das formas para isso foi o surgimento dos Objetivos do Desenvolvimento Milênio. Neste tópico será abordado como se deu a origem desses objetivos e alguns de seus resultados mostrado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), bem como será mencionado a transição dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

2.1 O contexto da Sustentabilidade

A preocupação com as questões ambientais ganhou destaque na década de 1960 (MARTINS, 2004; LIRA; FRAXE, 2014). Mas é no ano de 1970 que as ideias de Ehrlich se sobressaem, pois ele abordava ideias de que nos anos de 1970 e 1980 enormes contingentes populacionais morreriam de fome, por conta da superpopulação. Martins (2004) fala que duas questões tiveram destaque naquela época: aumento de demanda por matérias primas e energia pelos países industrializados e aumento populacional dos países em desenvolvimento. “Apesar disso, a consciência ambiental só emerge com a obra de Rachel Carson, Primavera Silenciosa, nos anos de 1960, e ganha força nos anos 1970, a partir da Conferência de Estocolmo” (LIRA; FRAXE, 2014, p. 3174).

Com as discussões sobre os riscos ambientais em alta, a Organização das Nações Unidas realizou a Conferência sobre Meio Ambiente Humano. A Conferência foi realizada em Estocolmo, capital da Suécia, no ano de 1972, sendo considerada um marco para a história do desenvolvimento mundial. Martins (2014) afirma que essa iniciativa resultou em diversas questões que influenciam e motivam as relações entre atores internacionais. A Conferência aconteceu sob a influência do Clube de Roma e por meio dela ficou clara a ideia de que o desenvolvimento econômico não era compatível com a preservação ambiental.

Em 1973, Maurice Strong, que foi o secretário da Conferência de Estocolmo, introduziu o conceito de ecodesenvolvimento, ao qual os princípios foram formulados por Ignach Sachs (MARTINS, 2004; FILHO, 1993). Filho (1993) ainda fala que o ecodesenvolvimento pressupõe uma solidariedade com a geração atual. O autor cita Sachs (1981) para afirmar que o ecodesenvolvimento trata-se de um projeto de civilização, pois evoca um novo estilo de vida, conjunto de valores próprios, conjunto de objetivos sociais e visão de futuro (FILHO, 1993, p.133).

Já no ano de 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que teve na presidência a primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, apresentou seus trabalhos sobre a temática da sustentabilidade no relatório Nosso Futuro Comum (MARTINS, 2004; LIRA; FRAXE, 2014; LAYRARGUES, 1997).

Layrargues (1997) ressalta que o objetivo do relatório era de propor estratégias ambientais de longo prazo para chegar a um Desenvolvimento Sustentável (DS) por volta do ano 2000 em diante. Autores como Filho (1993), Layrargues (1997) e Martins (2004) afirmam que o conceito de Desenvolvimento Sustentável, expresso no relatório, é que o Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente

sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades. Segundo Filho (1993), ao examinar tal definição, ele sustenta a ideia de que

É desenvolvimento, por que não se reduz a um simples crescimento quantitativo. Pelo contrário, faz intervir a qualidade das relações humanas com o ambiente natural, e a necessidade de conciliar a evolução dos valores sócio-culturais com a rejeição de todo processo que leva à deculturação. É sustentável, por que deve responder às necessidades da população atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responderem às suas (FILHO, 1993, p. 135).

De acordo com Layrargues (1997), o ponto central do relatório é o conceito de desenvolvimento sustentável, nele proposto, mas que esse conceito também tem suas limitações. E afirma que o relatório dá uma ênfase especial às consequências da pobreza sobre o meio ambiente. Para Araújo, Barroso e Souza (2014), atingir o DS seria a solução de problemas ambientais em dimensões sociais, políticas e culturais, como pobreza e exclusão social.

No ano de 1992, o Rio de Janeiro sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Eco-92 ou Rio-92. Esta conferência iniciou-se oficialmente em 03 de junho de 1992, reunindo delegações de 178 países e 114 chefes de Estado. Oliveira (2012) fala que a Eco-92 foi um evento bipartido, pois enquanto no Riocentro ocorria a Cúpula da Terra e reuniões das delegações oficiais dos países, no Aterro do Flamengo acontecia a Fórum Global que envolvia as ONGs e movimentos sociais. Martins (2004) ressalta que a Eco-92 mostrou o interesse mundial pelo futuro do planeta, e que muitos países se atentaram mais para as relações entre desenvolvimento socioeconômico e modificações no meio ambiente. “A ECO-92 vinculou meio ambiente e desenvolvimento politizando definitivamente o debate” (ALVES, 2008, p. 37).

Araújo, Barroso e Souza (2014) apontam que na Eco-92 foi que se estabeleceu o DS como uma das metas a serem conquistadas pela sociedade e pelo governo como um todo, ou seja, englobando todo o mundo. Por meio disso, foram elaborados cinco documentos: A Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento; A Declaração de Princípios para a Gestão Sustentável das Florestas; O convênio sobre diversidade biológica; O convênio sobre as mudanças climáticas e o Programa das Nações Unidas para o século XXI, conhecido com Agenda 21. Eles ainda apontam que a Agenda 21 é dentre esses documentos, o mais abrangente, pois estabelece parâmetros para se obter o desenvolvimento sustentável

nas vertentes econômicas, sociais e ambientais. Já Filho (2010) afirma que o conteúdo da Agenda 21 se divide em quatro dimensões: 1) Sociais e econômicas; 2) Conservação e gestão de recursos naturais para o desenvolvimento; 3) Fortalecimento do papel dos principais grupos sociais e 4) Meios de implementação.

O Ministério do Meio Ambiente traz a definição da Agenda 21 como sendo um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas. Além disso, concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

Com a entrada do novo milênio, foi realizado no ano 2000 a Cúpula do Milênio que dá origem a Declaração do Milênio, que visa ir ao encontro das necessidades reais das pessoas de todo o mundo. A Cúpula ocorreu em Nova Iorque e refletiu preocupações de 147 chefes de Estado. A Declaração do Milênio é o documento mais importante dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ANDRADE, 2013).

Desde a década de 1960, como visto, a temática da sustentabilidade vem ganhando importância no contexto nacional e internacional, por meio de todas essas conferências e intensos diálogos foi possível dar uma visibilidade maior as questões ambientais que vinham sendo deixadas de lado. Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio não se originaram por meio da Declaração do Milênio, mas sim nessa trajetória iniciada nos anos 1960 (ANDRADE, 2013), como poderá ser visto a seguir.

2.2 A origem dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM)

Com vista à importância que o Desenvolvimento Sustentável ganhou, foi necessário criar meios de colocar em prática a ideia de um desenvolvimento baseado em bases mais sustentáveis sem prejudicar tanto o meio ambiente e a sociedade, com base nisso nasceu a primeira prerrogativa de criação dos ODMs.

Segundo Andrade (2013), o documento mais importante dos ODMs é a Declaração do Milênio. A Declaração do Milênio (DM) é um documento das Nações Unidas que foi aprovada na Cúpula do Milênio, que aconteceu entre os dias 6 a 8 de setembro do ano 2000, em Nova Iorque, onde refletiu as preocupações de 147 Chefes de Estado e de Governo de um total de 191 países. Essa Declaração foi elaborada após meses de diálogos, ao qual tinha por intenção utilizar a simbologia do novo Milênio para ir ao encontro das necessidades reais das pessoas de todo o mundo (DECLARAÇÃO DO MILÊNIO, 2000).

Reconhecemos que, para além das responsabilidades que todos temos perante as nossas sociedades, temos a responsabilidade colectiva de respeitar e defender os princípios da dignidade humana, da igualdade e da equidade, a nível mundial. Como dirigentes, temos, pois, um dever para com todos os habitantes do planeta, em especial para com os mais desfavorecidos e, em particular, as crianças do mundo, a quem pertence o futuro (DECLARAÇÃO DO MILÊNIO, 2000, p. 1).

A DM deixa clara a intenção dos dirigentes ao firmar essa Declaração, que as relações passariam a serem pautadas no reconhecimento das responsabilidades de todos em respeitar e defender os princípios de dignidade e equidade humana, nela também houve a reafirmação à adesão aos princípios da Carta das Nações Unidas e o apoio aos esforços que objetivam fazer respeitar a igualdade e soberania de todos os Estados, que almejam a resolução de conflitos por meio pacífico. Aponta, também, que o maior desafio seria fazer com que a globalização ofereça maiores possibilidades de inclusão e medidas e políticas que correspondam às necessidades dos países em desenvolvimento.

Além disso, a Declaração traz os valores fundamentais que são essenciais para as relações internacionais no século XXI, que são: liberdade, a igualdade, solidariedade, tolerância e responsabilidade comum. São mencionados também alguns pontos de compromissos firmados entre os dirigentes e as Nações Unidas. Entretanto, segundo Andrade (2013), a Declaração não deu à comunidade internacional um conjunto de ações específicas a serem desenvolvidas. O documento apenas ressaltou os princípios que norteariam a criação de um plano global a ser executado. A origem dos ODMs então, não se dá por meio dessa declaração, mas sim um ano após a Cúpula do Milênio (DECLARAÇÃO DO MILÊNIO, 2000).

Andrade (2013) afirma que a origem dos ODMs se dá por meio de uma trajetória iniciada nos anos de 1960, e afirma ainda que essa trajetória pode ser dividida em quatro períodos: 1º) anos 1960 e 1970: ONU estabelece as primeiras metas globais de desenvolvimento; 2ª) 1980: instituições financeiras internacionais impuseram programas de reestruturação aos países em desenvolvimento para combater as crises econômicas; 3º) 1990: ONU retomou as conferências internacionais sobre desenvolvimento e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e 4º) 2000: ONU e OCDE chegam a um consenso sobre as metas globais de desenvolvimento.

Antes de ocorrer a Cúpula do Milênio, foram elaborados dois documentos preparatórios para a Cúpula, um elaborado pela Assembleia Geral, que priorizou temas como

pobreza, educação, meio ambiente, crescimento econômico, compromisso dos países ricos em relação ao desenvolvimento global, tecnologia, HIV/AIDS e a situação especial do continente africano. Porém não trazia metas globais e mensuráveis a serem colocadas em práticas pelos países. Já o segundo documento trouxe indicadores. Entretanto, três meses antes da realização da Cúpula do Milênio, a ONU e a OCDE não sabiam o que priorizariam.

A Cúpula do Milênio aconteceu no dia 6 de Setembro de 2000 e reuniu chefes de estados e membros da ONU. Após discussões chegou-se a um consenso e em 8 de setembro a Declaração do Milênio foi ratificada por todos os membros da Cúpula, com 8 temas priorizados: 1- pobreza, 2- educação 3- igualdade de gênero e autonomia das mulheres 4- mortalidade infantil 5- mortalidade materna 6- HIV/AIDS, malária e outras doenças 7- meio ambiente 8- compromisso dos países ricos em relação ao desenvolvimento global. Em setembro de 2001, a Assembleia Geral lançou *Road Map Towards the implementation of the United Nations Millennium Declaration*, que tornava executáveis as ideias apontadas na Cúpula e ratificadas pela Declaração do Milênio (BARDEN, 2009).

Por meio desse documento, foi apresentado ao público internacional os ODMs, que são um conjunto de oito objetivos globais de desenvolvimento, que foram estabelecidos por meio das prioridades da Declaração do Milênio. “O documento trouxe também 18 metas específicas e 48 indicadores. Cada ODM contém determinado número de metas específicas. Cada meta específica também contém determinado número de indicadores.” (ANDRADE, 2013, p. 34).

2.3 O que são os ODMs

Como mencionado anteriormente, os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio se configuram em 8 objetivos permeados por 18 metas e 48 indicadores. E foram criados na intenção de tornar o planeta um ambiente mais solidário para seus habitantes, propiciando melhores condições de vida com mais justiça socioambiental (PEREIRA, 2013). Guiados por esse intuito, os países que firmaram esse compromisso deveriam cumpri-los até 2015, dessa forma desenvolvendo políticas que auxiliassem no alcance desses objetivos e metas.

Figura 1- Logos dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio.



Fonte: Portal ODM.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) elaborou uma Coleção de Estudos referentes a cada objetivo do ODM a fim de deixar clara a importância desses objetivos e o intuito de cada um, além de apresentar as metas atreladas a cada objetivo.

2.3.1 OBJETIVO 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome

Esse objetivo está vinculado a meta 1: Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar por dia, e a meta 2: Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome.

Conforme apresenta a Coleção de Estudos (COLEÇÃO DE ESTUDOS TEMÁTICOS SOBRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO, 2004), a proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza caiu. Isso se deve aos bons resultados em relação ao crescimento econômico nos anos 1970 e estabilidade econômica nos anos 1990. Entretanto, isso não foi suficiente para erradicar a pobreza, apenas diminuí-la.

Altas taxas de pobreza estão ligadas ao alto grau de desigualdade de renda, fato esse bem presente no Brasil. O estudo aponta que em 1970 a proporção de pobres caiu de 68,70% em 1970 para 35,30%, em 1980. Já em 1990 essa porcentagem girava em torno de 44,2% e passou de 34,9% em 1999. Esses resultados se dão devido ao Plano Real adotado na época, que reduziu a inflação e surtiu efeitos positivos em relação a linha da pobreza. Outro ponto destacado pelo PNUD foi a política de assistência social, que por meio de programas que se

tornaram mais transparentes e eficazes, valorizando a autonomia individual, contribuíram para a diminuição desse índice.

Conforme apresenta o Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODMs, em 1990 havia 8,8% dos brasileiros abaixo dessa linha de renda per capita. A meta, entretanto, era de diminuir para 4,4% em 25 anos. Contudo, ao passar de uma década, esse percentual chegou a 4,7%, a apenas 0,3 ponto percentual da meta (RELATÓRIO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO AOS ODMS, 2004).

2.3.2 OBJETIVO 2: Attingir o ensino básico universal

Este objetivo está relacionado com a meta 3 que foi garantir, até 2015, que todas as crianças, de ambos os sexos, terminassem um ciclo completo de ensino básico. E o estudo destinado a esse objetivo, desenvolvido pelo PNUD, afirma que essa temática da educação no Brasil tem sido bem explorada nos últimos anos, e muitos estudos discutem a relação entre desenvolvimento econômico e qualidade do capital humano.

Os indicadores, que são apresentados nessa coleção de estudos, mostram que o Brasil, a partir da década de 1980, ampliou os esforços voltados para melhorar a situação educacional no país, adotando várias políticas públicas para que isso acontecesse. O PNUD apontou que a taxa de matrícula por nível de educação pode ser avaliada por dois indicadores: Taxa Líquida de Escolarização (TLE) e a Taxa Bruta de Escolarização (TBE) e que tais índices podem representar a eficiência escolar, na medida em que variáveis relacionadas a analfabetismo, evasão e repetência de crianças têm um impacto negativo sobre as taxas. Os dados levantados apontaram que entre 1991 e 2000 a TLE e TBE do ensino fundamental aumentaram para 17,3% e 24,8%, respectivamente.

Conforme menciona o Relatório Nacional de acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, realizado em setembro de 2007, o Brasil praticamente universalizou o acesso à escola da população de 7 a 14 anos. Houve uma ampliação de jovens na escola, medida por meio da taxa de frequência escolar, entre os anos de 1992 e 2005, e que houve uma redução significativa de várias desigualdades.

2.3.3 OBJETIVO 3: Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres

Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015 foi a meta atrelada ao terceiro objetivo. A

coleção de estudos voltada a essa temática tratou das questões da composição e a distribuição espacial da população brasileira por gênero e raça que apontam que há um elevado grau de disparidade regional nas condições de bem-estar entre os estados federativos do país, isso se deve ao fato de que no Brasil as condições de bem-estar dos indivíduos têm forte vínculo com sua localização no espaço físico do país. O estudo apontou que em 2000 mais de 98% da população era composta, por um lado, de brancos, e por outro de negros e pardos (afro descendentes). Entretanto, há diferenças regionais, como as regiões Norte e Nordeste, que apresentam mais afro descendentes, e as regiões mais ricas, como Sul e Sudeste, são compostas por sua maioria de brancos.

Disparidades educacionais, de distribuição da riqueza e inserção no mercado de trabalho, tal como participação política, que no caso das mulheres só foram instituídas a partir da década de 1990 também foram tratadas no estudo desse objetivo. Garcia e Garcia (2016) aponta que esse objetivo não foi totalmente atingido, mas que houve melhorias significativas. Os autores também afirmam que existem mais meninas nas escolas, do que se comparado há 15 anos antes. E atualmente houve um aumento de 35%, em comparação a 1990, de mulheres trabalhadoras fora do setor agrícola.

2.3.4 OBJETIVO 4, 5, 6: Reduzir a mortalidade infantil, Melhorar a saúde materna e Combater o HIV/AIDS, a Malária e outras doenças

Estes três objetivos serão trabalhados em conjunto devido ao fato de todos estarem relacionados com o quesito saúde, que é um dos pilares dos ODMs como mostra a Declaração do Milênio (2000).

Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos foi a meta 5, que está relacionada com o objetivo 4, e segundo o estudo desse objetivo o indicador de mortalidade infantil pode ser dividido em dois componentes: mortalidade neonatal (são considerados taxas de obtidos dos primeiros 27 dias de vida) e mortalidade pós-neonatal ou infantil tardia (ocorridas entre os 28 dias até 1 ano). Em consideração a esses parâmetros o Relatório de Acompanhamento dos ODMs mostra que em meados dos anos 1970 a mortalidade infantil, de crianças menores de 5 anos e com menos de 1 ano, ocorreu de forma acelerada no país. Em 1990, para cada mil nascidos vivos, 53,7 morriam antes de chegar aos 5 anos de vida. Já no ano de 2002, esse percentual reduziu para 37,2. Já para crianças com menos de 1 ano, a queda foi ainda mais acentuada, sendo essa de 42,1%. Em decorrência disso, a taxa de mil nascidos vivos caiu de 48,0 para 27,8.

Esse relatório ainda trás informações afirmando que a taxa de mortalidade por doenças transmissíveis diminuiu, um exemplo dessa queda pôde ser evidenciado por políticas públicas na área da saúde, como políticas com o objetivo de eliminar o sarampo, que era grande causador da mortalidade infantil. Garcia e Garcia (2016) afirmam que por meio da vacina do sarampo preveniu-se cerca de 15,6 milhões de mortes entre 2000 e 2013, reduzindo assim 67% de casos de sarampo.

Com relação ao objetivo 5, que diz respeito a melhorar a saúde materna, tem-se junto a este objetivo a meta de reduzir em três quartos, entre os anos de 1990 a 2015, a taxa de mortalidade materna. O Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODMs, de setembro de 2004, aponta que países que tem valores baixos de mortalidade materna, as causas são as indiretas, levanto em conta que, as causas da mortalidade podem ser diretas, aquelas relacionadas a complicações durante a gravidez, parto ou puerpério, que é o período de até 42 após parto, intervenções omissas, tratamento incorreto ou eventos semelhantes também fazem parte das causas diretas, ou a mortalidade materna pode se dar de forma indireta, que ocorrem mais em países com baixas razões de mortalidade, que podem até ser resultantes de doenças que já existiam. Assim, países que tem taxas consideradas baixas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), as causas são as indiretas, já países em desenvolvimento a maioria das causas de mortalidade são diretas, que podem ser evitadas com um acompanhamento e tratamento adequado.

O Relatório aponta que no Brasil os maiores índices de mortalidade se dão por hipertensão arterial, hemorragia, infecção pós-parto e complicações relacionadas ao aborto, ou seja, são todas causas diretas. A coleção de estudos realizada pelo PNUD mostra que “no Brasil não é conhecida a real magnitude da mortalidade materna, dada a dificuldade na obtenção de dados precisos sobre suas causas, mesmo quando as mulheres têm tratamento médico” (COLEÇÃO DE ESTUDOS TEMÁTICOS SOBRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO, 2004, p. 38). Contudo, Garcia e Garcia (2016) afirmam que desde 1990 a redução se deu em 455 casos, sendo a maior redução no ano de 2000.

O objetivo 6 foi de combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças e suas metas foram até 2015: ter detido a propagação do HIV/AIDS e começado a inverter a tendência atual e; ter detido a incidência da malária e de outras doenças importantes e começado a intervir a tendência atual. A importância desse objetivo se dá devido ao fato de que a AIDS é

uma doença ainda emergente e representa um problema de saúde da atualidade, sendo 35 milhões de pessoas vivendo com o vírus. Desse total 15 milhões são mulheres.

Conforme relatório de acompanhamento, no ano de 2004 o governo estimava haver cerca de 600 mil portadores, o que indicou uma estabilidade em relação ao ano 2000. No mesmo ano de 2004 os números apontavam 19,7 casos para cada 100 mil habitantes. Com índices tão altos de portadores de HIV, foi necessária a intervenção do governo, por meio de políticas públicas, para combater a AIDS no país. Segundo a Coleção de estudos, essa política de combate foi dividida em cinco fases: 1ª entre 1982 a 1985, onde o ministério da saúde não tinha ação expressiva frente a epidemia do vírus que se espalhava pelo país; 2º 1986 a 1990: criação do Programa Nacional de AIS, devido a crescente epidemia, 3º fase nos anos de 1990 a 2002: paralisação do Programa Nacional de DST e AIDS, 4º entre 1992 e 1994: marcada pela reorganização da nova gestão e consolidação de parcerias, que levaria obtenção de US\$ 160 milhões. Por fim a 5º fase, que foi a partir de 1994: tem como marco a gestão da política nacional de DST e AIDS, dentro do Sistema Único de Saúde.

2.3.5 OBJETIVO 7: Garantir a sustentabilidade ambiental

As metas relacionadas a esse objetivo foram: integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais; reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável a água potável segura; e até 2020, ter alcançado uma melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados. Na Coleção de Estudos do PNUD destinada ao ODM 7, o conceito da sustentabilidade é o que foi apresentado no Relatório “Nosso Futuro Comum”, que define sustentabilidade como o atendimento das necessidades presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras. A noção de sustentabilidade aborda questões, físicas, biológicas, culturais, socioeconômicas, jurídico institucional, política e moral. Os demais relatórios afirmam que a definição desse ODM é bem ampla. Então a coleção de estudos do PNUD trás o questionamento do que se fazer para garantir a sustentabilidade. E para esse questionamento

O ODM7 sugere que se busque integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas públicos, reverter a perda de recursos ambientais (M9) e melhorar a qualidade de vida das pessoas, pelo menos no que concerne a acesso a água potável, a saneamento e a moradia adequada (M10 e M11). Além disso, as metas do ODM7 devem ser relacionadas às estabelecidas para os demais ODM (COLEÇÃO DE ESTUDOS

TEMÁTICOS SOBRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO, 2004, p. 13).

Garcia e Garcia (2016) apontam que esse ODM obteve bons resultados, tais como diminuição de substâncias que destroem a camada de ozônio, aumento de áreas de proteção terrestres e marinhas e 91% da população global passou a usar melhor a fonte de água potável. Além disso, 1,9 bilhões de pessoas passaram a ter acesso a água potável canalizada.

2.3.6 OBJETIVO 8: Estabelecer parceria mundial para o desenvolvimento

Este é o objetivo mais repleto de metas, o que destaca a importância dessas parcerias para o cumprimento de tal ODM. Suas metas foram: avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não-discriminatório; atender as necessidades dos países menos desenvolvidos, incluindo um regime isento de direitos e não sujeito a cotas para as exportações dos países menos desenvolvidos; um programa reforçado de redução da dívida dos países pobres muito endividados e anulação da dívida bilateral oficial; e uma ajuda pública para o desenvolvimento mais generosa aos países empenhados na luta contra a pobreza; atender as necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento; tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais, de modo a tornar a sua dívida sustentável; em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e executar estratégias que permitam que os jovens obtenham um trabalho digno e produtivo; em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis nos países em desenvolvimento; em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e de comunicações.

Esse objetivo opta por estabelecer uma rede global de cooperação que por meio desta haja uma união em busca do cumprimento dos ODMs e suas metas. O relatório de acompanhamento de setembro de 2007, afirma que o Brasil assumiu dois papéis diferentes nesse ODM. O primeiro é o que estabelece o país em desenvolvimento com desigualdades e assimetrias sociais, regionais e econômicas a serem superadas. O outro trás o país como líder na geração e novos conhecimentos e novas tecnologias em diversos setores, o que garante ao Brasil ter condições de ajudar outros países nessa rede de cooperação. Já o relatório realizado em maio de 2014, diz que nos anos de 2010 e 2013 o Brasil tomou 5.095 iniciativas de

cooperação técnica em benefício a diversos países em desenvolvimento, como Caribe, África e Ásia. Essas parcerias firmadas ressaltam o empenho dos países em realmente atingirem as metas estabelecidas pelos ODMs e pela Declaração do Milênio.

A agenda desses objetivos perdurou até o ano de 2015. Agora uma nova agenda é vivenciada com duração até 2030, onde dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio passou-se para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). A existência dessa nova agenda se deve ao fato de que os ODMs não cumpriram sua função, resultando agora nessa nova agenda de ODSs, que tentará cumprir os objetivos e metas que não foram alcançados com os ODMs.

2.4 Dos ODMs para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Conforme o fim dos ODMs ia se aproximando, discussões para uma agenda pós 2015 ia surgindo (PRANDI; MAXIMO; LIMA, 2015). Novas metas seriam elencadas a fim de dar continuidade aos primeiros objetivos, que também serviriam de lição, para que não fossem cometidos os mesmos erros (GARCIA; GARCIA, 2016). Prandi, Maximo e Lima (2015) apontam que uma das falhas cometidas pelos ODMs foi a de não incluir nas negociações dos objetivos a organização da sociedade civil e os países mais pobres. Os autores também apontam que muitos dos objetivos parecem ter sido criados mais devido a disponibilidade de dados existentes do que para atender a comunidade global. “Acerca de outras imperfeições do desenho dos ODMs é mister considerar também a falta de ambição presente em certas metas e objetivos” (PRANDI; MAXIMO; LIMA, 2015, p. 6).

Apesar disso, Gallo e Setti (2014) afirmam que o processo gerado pelos ODMs foi positivo, mas que também deve-se levar em conta o crescimento econômico, políticas melhores e o compromisso global em se alcançar o desenvolvimento sustentável por meio dos ODMs. Conforme Prandi, Maximo e Lima (2015), esses objetivos contribuíram para que várias questões importantes fossem repensadas e por meio de sua agenda foi possível obter um desenvolvimento humano que contou com o esforço global para se chegar às metas traçadas.

A agenda pós 2015 começou a ser pensada tanto com o fim próximo dos ODMs, mas também a partir da Conferencia das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio

+20. A conferência aconteceu dos dias 13 a 22 de junho de 2012 no Rio de Janeiro e seu objetivo era de renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável e definir metas para evitar a degradação do meio ambiente. Os temas centrais foram a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

Por meio da conferência foi publicado o documento o “Futuro que Queremos”, que buscou renovar os compromissos políticos e, além disso, trouxe questões como financiamento, implementação e acompanhamento do desenvolvimento sustentável.

Reconhecemos que para atingir o objetivo da Conferência, ou seja, para assegurar um compromisso político renovado para o desenvolvimento sustentável, bem como abordar os temas de uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, e do quadro institucional para o desenvolvimento sustentável, devemos nos comprometer em preencher as lacunas que subsistem na implementação dos resultados das grandes cúpulas do desenvolvimento sustentável, em enfrentar os novos desafios e os já existentes, e em aproveitar as novas oportunidades por meio das ações a seguir enumeradas, neste quadro, apoiadas nas devidas condições para sua execução. Reconhecemos que as metas, os objetivos e os indicadores, inclusive, os indicadores relativos à problemática de gênero, são valiosos para medir e acelerar o progresso. Observamos ainda que os progressos obtidos na implementação dessas ações podem ser melhorados através do compartilhamento voluntário da informação, do conhecimento e da experiência (ITAMARATY, 2014, p. 22).

Segundo Prandi, Maximo e Lima (2015), foi por meio da conferência que começou os trabalhos do Grupo de Trabalho Aberto (GTA). A fim de orientar os negociadores brasileiros nas discussões do Grupo de Trabalho Aberto sobre os ODS foi elaborado o documento Negociações da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015: elementos orientadores da posição brasileira. O documento reúne as contribuições dos 27 Ministérios e órgãos de governo que integraram o Grupo de Trabalho Interministerial sobre a Agenda Pós-2015.

Conforme apresenta o documento, o Grupo de Trabalho Aberto sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável surgiu no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da decisão da Rio+20, sendo seu principal intuito o de discutir o possível formato e conteúdo dos ODS. O grupo era composto de cerca de 70 países, dentre eles o Brasil. Os trabalhos do grupo foram realizados em duas etapas: 1º) março de 2013 a fevereiro de 2014: Foram realizadas reuniões informativas sobre temas diversos, com o propósito de reunir informações e avaliar o progresso alcançado nos esforços globais para se chegar ao

desenvolvimento; 2ª) abril a setembro de 2014: o grupo formulou o relatório com a proposta sobre os ODS, que foi apresentado à 68ª Assembleia Geral da ONU, que se encerrou em setembro de 2014 (ITAMARATY, 2014).

No documento, a Agenda Pós-2015: A Sociedade Civil e o Futuro que Queremos Pautar na ONU, que foi elaborado em parceria com as organizações da Fundação Friedrich Ebert (FES) e a Artigo 19, a fim de esclarecer o conjunto das organizações da sociedade civil acerca dos processos de negociação para a criação dos ODS, mostra os resultados que o GTA apresentou na 68ª assembleia em setembro de 2014. A proposta apresentada pelo GTA surgiu devido aos dezesseis meses de debate até seu documento final ser aprovado em 19 de julho, após últimas negociações que duraram cerca de trinta horas de debates na sede da ONU, em Nova Iorque. Ao todo foram 17 propostas. Após discussões na intenção de refinar e aprimorar essas propostas foi possível aprovar o documento que trazia enfim os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Nos dias 25 a 27 de setembro de 2015, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, mais de 150 líderes mundiais adotaram formalmente a nova agenda de desenvolvimento sustentável. A nova agenda é formada por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, permeados por 169 metas, com agenda pautada até o ano de 2030. O documento oficial intitulado de Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, tem suas bases calcadas nas pessoas, no planeta, na paz, na prosperidade e nas parcerias. A nova Agenda foi criada para colocar o mundo em um caminho mais sustentável adotando um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2015).

Garcia e Garcia (2016) apontam que a agenda 2030 propõe ações para todos os países, indiferente se eles são pobres, ricos ou com renda média. É preciso reconhecer que para se acabar com a pobreza deve-se caminhar lado a lado com um plano que promova o crescimento econômico e atenda as necessidades sociais. Prandi, Maximo e Lima (2015) ressaltam que diferente dos ODMs, os ODS criaram uma agenda de baixo pra cima, pois adotou um processo de participação social. Filho (2010, p. 95) afirma que “Os ODSs foram chamados de ‘Objetivos Globais’, dado que são ambiciosos, abrangentes e requerem adesão da comunidade global, de todas as pessoas no mundo, para que sejam bem-sucedidos e promovam mudanças efetivas.”

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Revisão Sistemática (RS) da literatura é usada para se fazer um levantamento de materiais já publicados em determinada área temática, e dessa forma sintetizar o conhecimento dessa área por meio de formulação de uma pergunta, identificação, seleção e avaliação crítica de estudos científicos contidos em bases de dados eletrônicos (DIAS et al., 2011).

A revisão sistemática, historicamente, originou-se da revisão narrativa (MEDINA; PAILAQUILÉN, 2010). O Curso de Revisão Sistemática da Literatura, da UNIFESP, aponta que as revisões narrativas são mais adequadas para descrever a história ou desenvolvimento de um problema e seu gerenciamento, e que podem interagir com áreas de pesquisas independentes, propiciando assim, uma multidisciplinariedade no enfoque pesquisado. Por meio disso, a revisão sistemática surge para suprir a lacuna deixada pelo modelo de revisão narrativa. Como aponta Medina e Pailaquilén (2010, p. 7) “Os pesquisadores precisam das RS para resumir os dados existentes, refinar hipóteses, estimar tamanhos de amostra e ajudar a definir agendas de trabalho futuro”.

A escolha da revisão sistemática se dá devido ao objetivo e problema proposto nesse trabalho, levando em conta que a importância de tal revisão no contexto dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio irá sintetizar os conhecimentos construídos nessa área, em questões de teses e dissertações publicadas referentes ao tema. Galvão e Pereira (2014) afirmam que as revisões sistemáticas são consideradas estudos secundários, que obtêm nos estudos primários sua fonte de dados. Nesse caso, as fontes de dados serão as teses e dissertações consultadas.

Galvão e Pereira (2014) apontam que os métodos da revisão sistemática consistem na elaboração da pergunta de pesquisa; busca na literatura, seleção de artigos, extração de dados, avaliação da qualidade metodológica, síntese dos dados, avaliação da qualidade das evidências e redação e publicação dos resultados.

O primeiro passo metodológico foi apontar critérios de inclusão e exclusão que foram os critérios usados para selecionar o material consultado. Após foi realizada a busca no banco de dados eletrônico da Capes. De acordo com os critérios usados, as teses e dissertações que se encaixaram na pesquisa passaram por uma análise mais criteriosa, observando-se assim o problema de pesquisa, os objetivos e as justificativas do trabalho.

Com essa análise feita foi realizada uma síntese dos dados apresentados nas teses e dissertações encontradas. Essa síntese foi para resumir os dados encontrados nos trabalhos pesquisados, levando assim de forma sucinta a saber o que cada trabalho tratava, e quais suas implicações e limitações.

A base de dados que foi usada foi o Banco de teses e dissertações da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Segundo o Ministério da Educação, a Capes conta com cerca de 458.657 e seu principal objetivo é facilitar o acesso a informação defendidas nos programas de pós-graduação do Brasil. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior é uma fundação do Ministério da Educação (MEC), e tem um papel fundamental na consolidação e expansão da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todo país (CAPES, 2008).

A Capes surgiu em 11 de julho de 1951 e possui teses e dissertações desde 1987, onde começou a ser alimentado pelo aplicativo Coleta. Já a partir do ano de 1996 o banco de dados passou a ser alimentado pelo Cadastro de Discentes, que recebe dados atualizados da comunidade acadêmica de mestrandos e doutorandos.

A busca pode ser feita por nome do autor, título do trabalho, palavras-chaves e outras opções que podem refinar a busca ainda mais. Diante de tudo isso a Capes se apresentou como a ferramenta mais viável para se usar neste trabalho, que visou fazer um levantamento de teses e dissertações, publicadas no Brasil.

3.1 Procedimentos Metodológicos

Para se realizar uma revisão sistemática da literatura é necessário elaborar critérios de seleção bem definidos e que possam ser reproduzidos por outros pesquisadores a fim de fornecer mais informações sobre a área pesquisada (GOMES; CAMINHA, 2014). Diante disso, as palavras escolhidas para serem pesquisadas no Banco de Teses e dissertações da Capes foram: “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, “Objetivos do Milênio”, “ODMs”, “Metas do Milênio” e “Desenvolvimento do Milênio”. Esses cinco termos foram escolhidos por apresentarem relação direta com o tema tratado, sendo assim todos os trabalhos encontrados apresentaram os Objetivos do Milênio como assunto principal ou contribuíram com a temática.

O início da busca se deu com o acesso ao Banco de Teses de Dissertações da Capes e com a inserção dos termos escolhidos no campo de busca do site. Ao todo foram encontrados

233 trabalhos. 56 trabalhos com o termo “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, 34 com “Objetivos do Milênio”, com o termo “ODMs” foram encontrados 44 trabalhos, 11 com “Metas do Milênio” e 88 com “Desenvolvimento do Milênio”.

Após breve observação foram retirados todos os trabalhos que se repetiam, restando assim um total de 132 trabalhos. Desse total, apenas 77 trabalhos tinham disponíveis seus conteúdos no portal de busca da Capes. Já os 55 restantes foi possível ter acesso à referência bibliográfica da publicação.

Dos 77 encontrados na Capes foi possível ter acesso ao nome do autor, ano de publicação, biblioteca depositária, orientador, resumo e outras informações da tese ou dissertação, além de conter o trabalho completo para *download*.

Os 55 trabalhos que não contém essas informações foram publicados antes da criação da Plataforma Sucupira, que é uma ferramenta que coleta informações e realiza análises e avaliações dos trabalhos. A plataforma é a referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). “A Plataforma deve disponibilizar em tempo real e com muito mais transparência as informações, processos e procedimentos que a CAPES realiza no SNPG para toda a comunidade acadêmica” (FUNDAÇÃO CAPES, 2014).

Por meio das referências dos 55 trabalhos disponibilizados pela Capes foi realizada buscas na internet onde foi possível encontrar 34 trabalhos que em sua grande maioria estavam disponíveis nas bibliotecas depositárias que tenham materiais online. 21 trabalhos não foram encontrados em nenhum meio digital de busca. Conforme representa a figura 2.

Figura 2 – Relação de trabalhos encontrados.



Fonte: Da autora.

Após a busca inicial, foram analisados um total de 111 teses e dissertações. As análises consistiram em leituras dos resumos, com o propósito de averiguar quais trabalhos se encaixavam no critério. O critério estabelecido foi: os trabalhos que farão parte dessa revisão sistemática devem tratar de forma direta da temática dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. Os trabalhos selecionados contribuem de forma a analisar o cumprimento ou não dos ODMs, relacionam os ODMs com políticas públicas, usam os objetivos como indicador ou o usam como base documental. Após análise foram selecionados 63 trabalhos.

Essas teses e dissertações foram publicadas de 2006 a 2017. Entre os anos de 2013 e 2016 são os anos que apresentam maior número de publicações, representando 28,5% e 23,8% respectivamente. Os demais anos correspondem a 15,8% no ano de 2014, 9,5 o ano de 2015, o ano de 2008 6,3% e o ano de 2009 corresponde a 3,1%. Já os anos que tiveram uma publicação somente somam 7,5%.

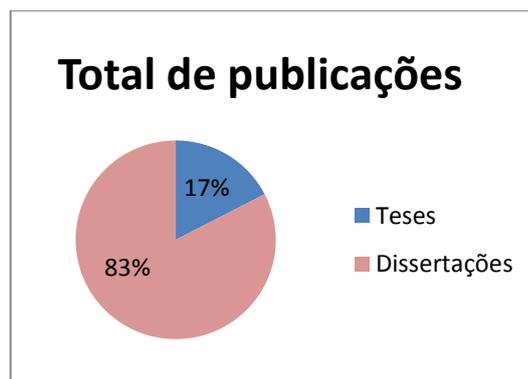
Os trabalhos estão divididos em 52 dissertações de mestrado e 11 teses de doutorado, tendo suas maiores publicações nos anos de 2013 e 2016 como pode ser visto a seguir.

Tabela 1 – Informações das publicações encontradas.

Ano da Publicação	Dissertação	Tese	Total de publicações
2006	1		1
2007	1		1
2008	4		4
2009	1	1	2
2010	1		1
2011	3		3
2012	1		1
2013	14	4	18
2014	9	1	10
2015	4	2	6
2016	12	3	15
2017	1		1
Total	52	11	63

Fonte: Da autora.

Gráfico 1- Porcentagem de publicações



Fonte: Da autora.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após apresentados os 63 trabalhos, foi feita uma separação por áreas temáticas. As áreas temáticas foram divididas de acordo com os 8 ODMs e as relações com os trabalhos encontrados, sendo assim temos as seguintes áreas: Pobreza, fome e alimentação (os trabalhos desta área se relacionam com o ODM 1), Educação (trabalhos vinculados ao ODM 2), Igualdade e Participação (trabalhos voltados ao ODM 3), Saúde (trabalhos ligados aos ODMs 4,5 e 6), Desenvolvimento Sustentável (trabalhos dizem respeito ao ODM 7), Ação social e solidariedade (trabalhos que tratam do ODM 8) e outros, que são trabalhos que tratam de objetivos do milênio e contribuem com a literatura, entretanto não se relacionam com nenhuma das áreas acima.

Tabela 3 – Áreas temáticas dos trabalhos

Objetivos do Milênio	Áreas Temáticas	Trabalhos
1-Eradicar a extrema pobreza e a fome	Pobreza, fome e alimentação	7
2-Atingir o ensino básico universal	Educação	5
3-Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres	Igualdade e Participação	3
4-Reduzir mortalidade na infância	Saúde	20
5-Melhorar a saúde materna		
6-Combater HIV/AIDS, malária e outras doenças		
7-Garantir Sustentabilidade Ambiental	Desenvolvimento Sustentável	24
8-Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento	Ação social e solidariedade	4
	Outros	3

Fonte: Da autora.

Essa divisão entre áreas temáticas se deu a fim de facilitar o entendimento dos trabalhos e possibilitar uma relação melhor entre eles, visto que de forma geral as publicações pertencentes à mesma área temática teriam como norte o mesmo objetivo, porém os autores apresentam pontos de vista que se assemelham, se complementam ou se divergem.

Três desses trabalhos estão presentes em duas áreas temáticas, pois apresentam contribuições para as áreas de saúde, educação, pobreza e desenvolvimento sustentável. São os autores Ferreira (2013), que se encaixa nas áreas de saúde e educação, Rodrigues (2014) nas áreas de pobreza e DS e Silva (2016) que pertence às áreas de pobreza e educação.

Pode-se notar que as áreas de mais interesse dos pesquisadores brasileiros foram a de saúde e desenvolvimento sustentável. Os demais trabalhos tiveram uma contribuição menor para a literatura brasileira.

As teses e dissertações serão analisadas, a seguir, pelas áreas temáticas estabelecidas.

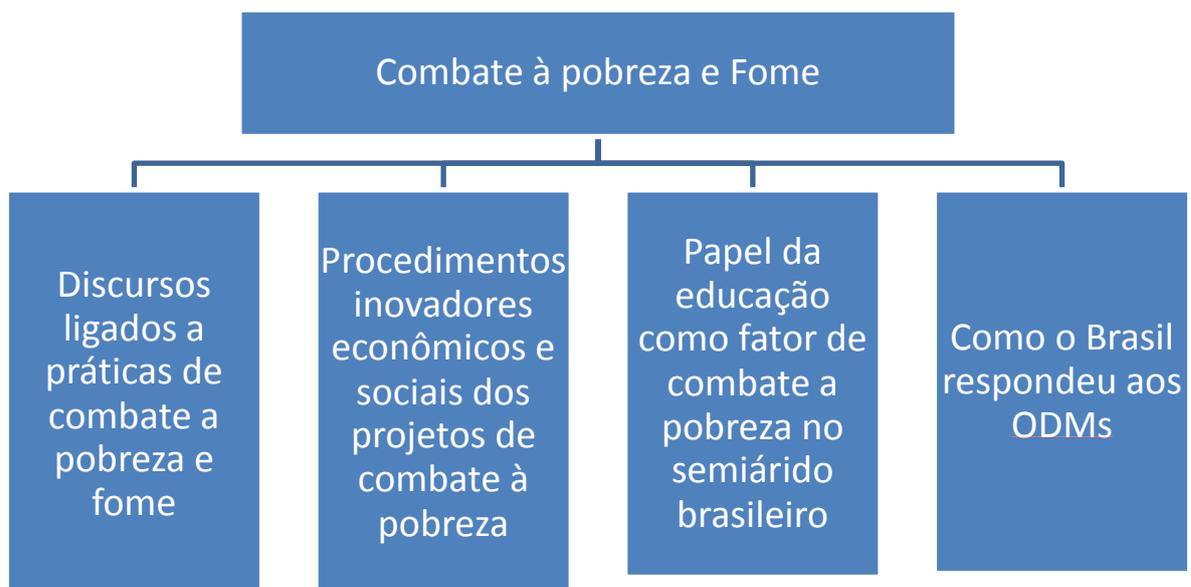
4.1 Área Temática: Pobreza, fome, alimentação

Esta área temática é composta por sete trabalhos que tratam da redução da pobreza e fome e o uso da educação como fator de superação da pobreza, respostas do Brasil em relação aos ODMs e relação de políticas públicas.

Os autores que trabalham com o combate e redução da pobreza são Lima (2013), Neto (2013), além desses Silva (2016) que difere dos outros autores, pois trás a educação como fator de combate a pobreza e também Andrade (2013) que se relaciona com os demais autores por analisar como o Brasil respondeu aos ODMs.

O cerne da temática desses autores é o combate da pobreza e fome, contudo, cada um apresenta um direcionamento diferente. Lima (2013) versa sobre discursos dos ODMs ligados a práticas de combate à pobreza e à fome, Já Neto (2013) analisou os procedimentos inovadores econômicos e sociais dos projetos de combate à pobreza estabelecida pelas parcerias entre o governo brasileiro e o PNUD. Silva (2016) estuda o papel da educação como fator de combate a pobreza no semiárido brasileiro e Andrade (2013) analisa como o Brasil respondeu aos ODMs. Conforme mostra a figura.

Figura 3 – Foco de análise dos trabalhos de Lima (2013), Neto (2013), Silva (2016) e Andrade (2013)



Fonte: Da autora.

Andrade (2013) e Neto (2013) apresentam uma correlação no conteúdo de seus trabalhos, visto que Andrade (2013) chegou a conclusão de que para se cumprir esses objetivos o Brasil contou com ajuda de políticas que já tinham sido implantadas e de atores subnacionais. Dentre esses atores pode-se destacar o PUND, como enfatizado por Neto (2013), que apontou a parceria como positiva, pois este vem se solidificando e atuando como facilitador na destinação de recursos, na implementação de projetos e suporte técnico.

Lima (2013) analisa discursos dos ODMs ligados a práticas de combate à pobreza e à fome. A questão da pobreza e da fome vai além da fronteira discursiva, pois repercute na vida concreta da sociedade. Os resultados alcançados pela autora demonstram que ações e instrumentos discursivos causam relações com exclusão e marginalização. Pobreza e desenvolvimento são vistos de maneira antagônica quando se usa o critério de renda e isso encontra suporte instrumental nas ações promovidas e incentivadas por Organismos Internacionais.

Já Neto (2013) analisou os procedimentos inovadores econômicos e sociais dos projetos de combate à pobreza estabelecida pelas parcerias entre o governo brasileiro e o PNUD. Para isso, a pesquisa fez uso do estudo documental, e ao se analisar tais documentos foi possível notar que estes dizem muito sobre o que vem sendo implementado no país, além de compreender e alertar sobre questões fundamentais das políticas públicas. O autor concluiu que a inovação, apresentada na análise, não rompe com os problemas estruturais do contexto político, econômico e social, mas essas inovações têm propiciado melhorias, mesmo que estas sejam pequenas. Já em relação ao PNUD, o autor percebeu que a instituição vem se solidificando e agindo como facilitadora na destinação de recursos, na implementação desburocratizada de projetos e no suporte técnico oferecido.

Silva (2016) acredita que o conceito de pobreza envolve muito mais que a renda. Para ela, a pobreza é um fenômeno complexo e multidimensional, e ainda é capaz de privar a pessoas ao acesso de fatores essenciais como educação, saúde, moradia e outros.

Esta pesquisa baseia-se no estudo da pobreza como um fenômeno complexo e multidimensional cuja dinâmica passa pela privação das capacidades humanas constituindo-se num processo cíclico no qual a privação das liberdades substantivas de uma pessoa ou grupo de pessoas, repercute inevitavelmente em sua participação para o crescimento econômico, que por sua vez, reduz a geração de tributos e taxas, que acarreta a negligência da oferta de serviços públicos de qualidade, como educação, saúde, saneamento básico (SILVA, 2016, p.30).

A autora tem por base em seu estudo o potencial da educação. Assim ela visa estudar o papel da educação como fator de combate a pobreza no semiárido brasileiro. Para isso, além de usar técnicas de análise multivariada, ela utiliza dados secundários, em escala municipal, tendo como ano base o ano de 2010.

As conclusões alcançadas mostraram que é possível reduzir gradualmente a pobreza no semiárido. Contudo, isso se daria por meio da promoção de políticas públicas de desenvolvimento, proteção básica universal, que sejam focadas na educação e alcance do público alvo, além de formação com qualidade e democratização do acesso ao crédito e a terra, ou seja, possibilitando instrumentos de política de erradicação sustentável da pobreza.

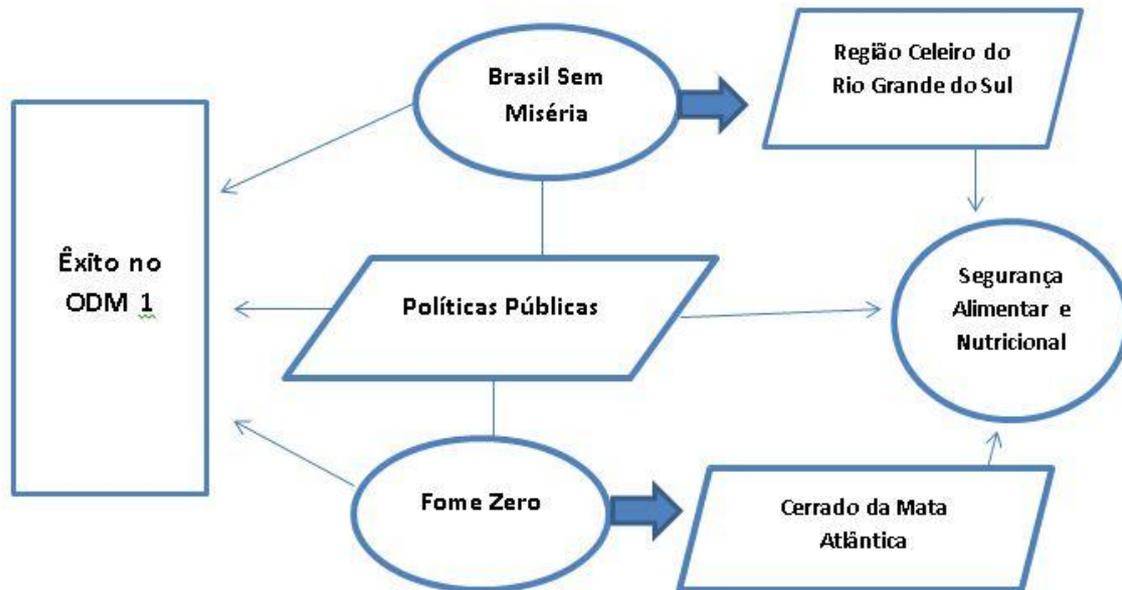
Já Andrade (2013) afirma que desde 1940 o problema da fome já vem sendo tratado no país e que o Brasil acolheu bem os ODMs, em especial o objetivo 1. Diante disso, seu trabalho teve como intuito analisar como o Brasil respondeu aos ODMs. Assim, o autor tenta ilustrar as interações entre atores dos níveis globais, nacionais e subnacionais. Para Andrade (2013), o governo aproveitou de políticas públicas que já existiam e já estavam dando resultados para alcançar os objetivos. Segundo a autora, o ODM 1 ganhou grande atenção e foi o primeiro a ser cumprido, antes mesmo de 2015.

A conclusão da autora foi de que para se cumprir os ODMs o Brasil envolveu a participação de atores subnacionais.

Brasil Sem Miséria e o Fome Zero foram importantes políticas públicas para se alcançar o ODM1. E foi diante disso que Samborski (2016) e Rodrigues (2014) pautaram seus estudos. Já Costa (2016) difere dos demais autores ao trazer a tona a questão da segurança alimentar.

A base dos estudos de Samborski (2016) e Rodrigues (2014) são essas políticas públicas e em ambos, os resultados encontrados foram positivos. Porém, os achados de Costa (2016) não obtiveram o mesmo êxito. A conclusão que o autor chegou se remete a pressão por parte da classe dominante para que governantes não tenham a possibilidade de tomar decisões efetivas. A relação entre esses trabalhos se dá da seguinte forma:

Figura 4 – Relação dos trabalhos de Samborski (2016) e Rodrigues (2014) e Costa (2016)



Fonte: Da autora.

Samborski (2016), assim como Andrade (2013), afirma que o Brasil apresentou um ótimo desempenho quando o assunto foi de reduzir a pobreza, pois foi possível atingir a meta, que era para o ano de 2015, ainda no ano de 2002. E é justamente de mostrar o esforço em se alcançar esse objetivo que a tese de Samborski (2016) versa. Diante disso, seu objetivo foi de analisar a experiência dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na ação de Inclusão Produtiva do Programa Brasil Sem Miséria em oito municípios da Região Ceileiro do Rio Grande do Sul. Segundo o autor, o programa Brasil Sem Miséria representou a articulação em nível federativo de uma série de iniciativas de redução da pobreza extrema.

Para Samborski (2016, p.102) “O programa é estruturado em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos”. Os resultados encontrados indicaram maior participação, melhoria na segurança alimentar por meio da produção e do autoconsumo de alimentos, acesso a outras políticas públicas, inserção em comércios locais e uma maior inclusão dessas famílias a partir do acompanhamento da ATER.

O trabalho de Rodrigues (2014) traz dois ODMs, um relacionado à redução da pobreza e fome e outro relacionado à sustentabilidade ambiental, por isso esse trabalho faz parte dessa área temática e da área destinada a falar de Desenvolvimento Sustentável. A autora ainda afirma que conciliar duas metas é um grande desafio. Tomando como ponto de partida o

programa Fome Zero e suas implementações nas áreas degradadas e biodiversas do Cerrado e da Mata Atlântica, a autora vê uma oportunidade de estudar o potencial de políticas públicas afetarem positivamente os dois lados.

Assim, por meio de um estudo de caso em Mário Campos - MG, foi utilizado mamíferos de médio e grande porte como indicadores de conservação da biodiversidade e foi analisado os efeitos de uma das políticas do Fome Zero sobre os agricultores e sobre a biodiversidade, dessa forma os dois ODMs se relacionam.

Os resultados sugerem que pequenas propriedades agrícolas têm potencial como *habitats* alternativos para os mamíferos e podem ser manejadas como corredores para a dispersão. Já as políticas de estímulo à agricultura familiar precisam melhorar suas estratégias para garantir a manutenção da produção de alimento e amenizar o abandono de terras.

Assim como Samborski (2016) e Andrade (2013), Costa (2016) fala que o Brasil teve grandes avanços na área da pobreza, em especial na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), afirma o autor. Entretanto, esse autor traz algo que não foi citado pelos demais que é a questão da segurança alimentar. Costa (2016) aponta que ao se analisar a trajetória de ações ligadas a segurança alimentar e nutricional, percebe-se uma baixa atuação, em especial ações de regulamentação do Mercado de Agrotóxico e em ações da Reforma Agrária. Diante dessa percepção, Costa (2016) propõe como objetivo analisar a atuação do Estado às ações de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito das contradições e lutas de classes.

Os achados do autor apontam contradições nas ações voltadas a essas áreas, o que tem por explicação a própria lógica do mercado capitalista, visto que são dois setores que refletem os interesses de classes dominantes. Segundo Costa (2016), há pressões de classes dominantes para inviabilizar o processo de Reforma Agrária e flexibilizar o mercado de agrotóxico com propostas de lei que reduz a autonomia dos órgãos reguladores dessa área, dessa forma não havendo mudanças no processo de avaliação de agrotóxicos.

4.2 Área Temática: Educação

A área temática destinada à educação conta com cinco autores: Dorneles (2013) que realiza um estudo comparativo dos programas de capacitação para jovens na Argentina e Brasil, Felten (2015) que analisa como o processo de fixação de padrões internacionais são implementados e monitorados no Brasil, Vieira (2011) que busca compreender a efetividade do direito à educação antes da promulgação da Constituição de 1988, Silva (2016) que estuda

o papel da educação como fator de combate a pobreza no semiárido brasileiro e Ferreira (2013) que propõe o ensino a distância para capacitar agentes de saúde.

Dornelles (2013) realiza um estudo comparativo dos programas de capacitação para jovens nos países da Argentina e Brasil, que objetivam a inserção no mercado de trabalho o término do estudo primário e secundário. Além disso, a autora faz um mapeamento dos programas em vigor na América Latina entre 1990 e 2010. Para isso, a autora analisa as modificações do mercado de trabalho a partir de 1990. Sua comparação entre os programas de capacitação da Argentina e do Brasil tem como foco suas convergências e divergências. Ao mapear os programas de capacitação e realizar o comparativo entre os dois países a autora conclui que há uma contradição entre o papel da educação e da capacitação, perante os órgãos formuladores. Ela ainda ressalta que programas que visam inserir o jovem no mercado de trabalho lidam com um desafio, visto que o mercado está cada vez menos acessível. Dornelles (2013) ainda propõe que o poder público deveria propiciar aos jovens um maior protagonismo dos mesmos na formulação de propostas, planos e projetos, conhecendo melhor sua realidade e cotidiano, sendo isto uma forma de respeitar seus direitos e cidadania.

Felten (2015) analisa o objetivo correspondente à universalização da educação básica, com foco em analisar como o processo de fixação de padrões internacionais são implementados e monitorados no Brasil. A autora verifica, por meio de análise documental, como esses objetivos foram traduzidos para o contexto brasileiro. A análise de dados se deu diante de três categorias: acesso, permanência e programas e políticas. A autora conclui que o acesso à educação brasileira foi debatido amplamente em detrimento da permanência, que as principais políticas decorrentes dos ODMs incluem o aumento do ensino fundamental de oito para nove anos.

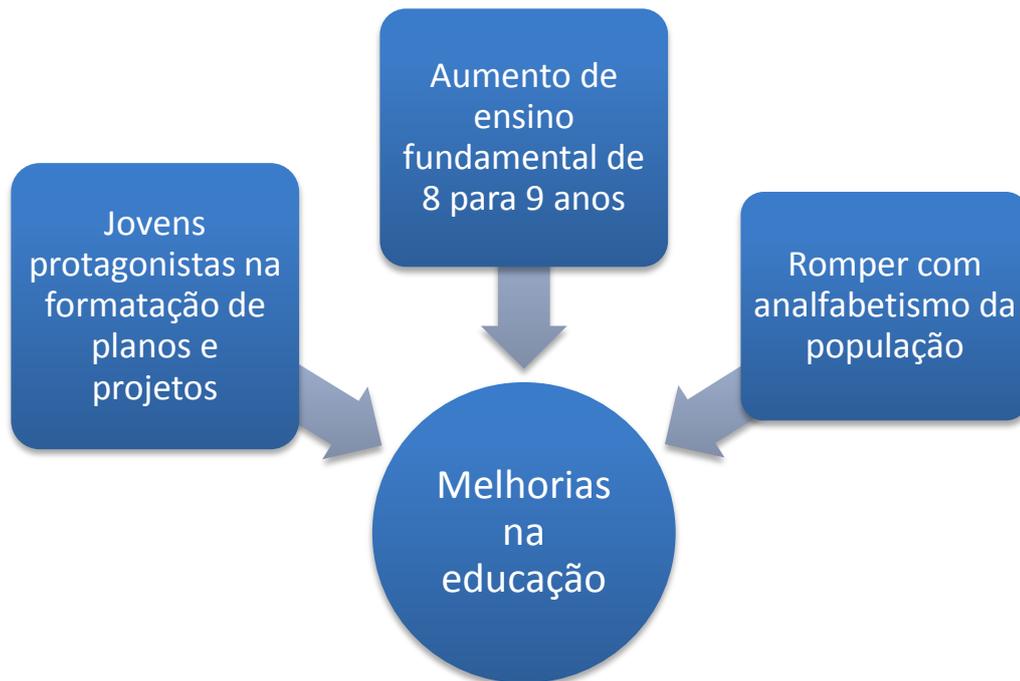
Vendo a educação como um dos fatores que colabora para o desenvolvimento, Vieira (2011) objetivou compreender a efetividade do direito à educação no período anterior à promulgação da Constituição de 1988. A autora procura entender como acontece a dinâmica educacional brasileira e a realidade e desafios da educação após a CF 88. Para que se dê essa compreensão ela usa dados estatísticos a respeito da efetividade do direito a educação, que é feita por meio de análise de indicadores do cumprimento dos ODMs. Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito ao analfabetismo com o intuito de delinear os avanços e limites do direito a educação. Em suas conclusões, a autora verificou que no ensino fundamental houve diminuição das desigualdades regionais e no analfabetismo foi identificado como resultados

do déficit de igualdade e liberdade na implementação das políticas sociais. Assim, ela constatou que a estrutura educacional no pós CF 88, apesar dos avanços, não foi suficiente para romper com os fatores que ocasionaram o alijamento educacional da faixa populacional que se encontra em condições de analfabetismo.

A conclusão dos três autores versam no mesmo sentido de que a educação precisa de melhorias. Todos apontam alterações que podem ser feita pelo governo para melhorar tanto o acesso, quanto a permanência da criança e do jovem na educação.

Em síntese Dornelles (2013) aponta sobre o protagonismo do jovem na elaboração de projetos e planos, que deveriam ser incentivados pelo governo central. Felten (2015) fala da mudança do ensino fundamental de oito para nove anos e Vieira (2015) afirma que mesmo após a CF 88, não foi possível acabar com o analfabetismo de grande parte da população. Pode-se sistematizar essas ideias, conforme a figura a seguir.

Figura 5 – Melhorias e mudanças na educação



Fonte: Da autora.

Silva (2016) e Ferreira (2013) são autores que pertencem a essa área temática e a área de pobreza e saúde, respectivamente.

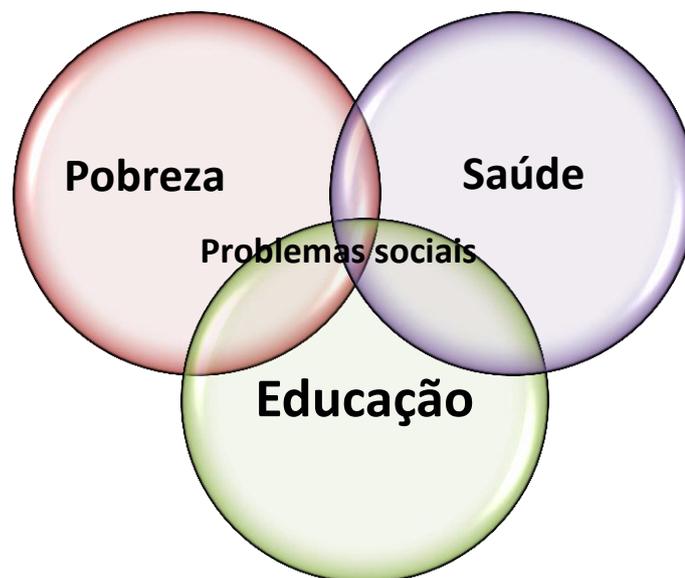
O trabalho de Silva (2016) visa estudar o papel da educação como fator de combate a pobreza no semiárido brasileiro. Suas conclusões mostraram que é possível reduzir

gradualmente a pobreza no semiárido. Contudo, isso se daria com promoção de políticas públicas de desenvolvimento, proteção básica universal, que sejam focadas na educação e alcance do público alvo, além de formação com qualidade e democratização do acesso ao crédito e a terra, ou seja, possibilitando instrumentos de política de erradicação sustentável da pobreza.

Já no trabalho de Ferreira (2013) foi proposto o ensino à distância para capacitar agentes de saúde, com isso seu foco foi de criar conteúdo e disseminar conhecimento para capacitar agentes municipais de saúde em medidas profiláticas, transmissão e prevenção de parasitoses intestinais, por meio do preparo e aplicação de curso a distância (EAD). Ele concluiu que o EAD pode e deve ser utilizado como uma alternativa de educação em doenças parasitárias, como mais uma ferramenta útil para acesso e ampliação do conhecimento.

Esses dois trabalhos mostram como a educação é fator preponderante para se resolver diversos problemas sociais, como evidenciados nesses trabalhos, já que problemas de pobreza e saúde são amenizados tomando como base o instrumental educacional. Silva (2016) mostra a possível redução da pobreza por meio da educação e com políticas públicas destinadas a isso. Ferreira (2013) mostra a qualificação de agentes de saúde, propiciando assim profissionais mais bem preparados para lidar com doenças parasitárias. Pode-se colocar a redução de problemas sociais como centro da temática, conforme a figura apresenta.

Figura 5 - Interfaces dos trabalhos.



Fonte: Da Autora.

4.3 Área Temática: Igualdade e Participação

Essa área temática apresenta quatro trabalhos, um que versa sobre potencializar monitoramento da implementação das políticas e outros dois que versam sobre mulheres no mercado de trabalho. Já Barbosa (2013) tem seu foco na participação, em especial dos jovens, por meio da análise do programa Projovem Urbano.

Jesus (2014) teve como objetivo propor ferramentas de intervenção para potencializar o monitoramento da implementação das políticas de promoção da autonomia, previstas no III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (III PNPM) e nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, especificamente ODM 3 que visa promover a igualdade entre os sexos e autonomia entre as mulheres

Os resultados apontaram que, para participar no monitoramento de implementação de políticas públicas, as mulheres enfrentam como principais problemas: a falta de autonomia econômica; problemas na forma de comunicação interna e externa; restrições no acesso a informações e conflitos intrapessoais e interpessoais, que interferem na harmonia do grupo. Por meio disso, foi proposto uma Tecnologia de Gestão Social (TGS), para contribuir na superação dessas dificuldades identificadas. Assim, tem-se a possibilidade de se potencializar o trabalho em REDE. Jesus (2014) discute a ideia de que o trabalho em REDE potencializa as ações de acompanhamento das políticas públicas de gênero. As experiências escolhidas se justificam pela tradição de atuação e organização das mulheres negras que, nesta pesquisa, foram denominadas de Ganhadeiras, em Salvador e Zungueiras, em Luanda.

Portolan (2014) e Santos (2016) discutem sobre o mercado de trabalho, um criando oportunidades para as mulheres se capacitarem e outro analisando a participação da mulher no mercado de trabalho e na política.

O objetivo de Santos (2016) foi de analisar a participação da mulher no mercado de trabalho, na política e sua evolução no que diz respeito à educação na Região Metropolitana de Salvador (RMS), entre 2003 e 2013, e as suas implicações para o empoderamento feminino. A autora conclui que ainda persistem disparidades no que se relaciona a inserção feminina no mercado de trabalho da RMS, visto que o número de mulheres ocupadas em relação aos homens ainda é menor. Há também um hiato quando se refere a remuneração de homens e mulheres, além da maior dificuldade de reinserção feminina no mercado de trabalho. Para Santos (2016)

Pautado na noção de autonomia, o empoderamento revela a capacidade de pessoas e grupos escolher o caminho e ações sob múltiplas esferas, seja política, econômica, cultural ou outra qualquer. Deste modo, empoderar é um atributo, mas também um processo pelo qual se conquista poder e liberdade (SANTOS, 2016, p. 40).

A autora ainda aponta que a luta das mulheres por igualdade de direitos e por empoderamento maior na sociedade, nunca termina e parece ainda estar longe de atingir seu objetivo, pois muitos direitos conquistados ainda são questionados por parte da sociedade.

Em contrapartida, Portolan (2014) objetivou em seu trabalho capacitar mulheres em situação de vulnerabilidade social para manipular alimentos de forma segura, instrumentalizando-as de forma a facilitar seu acesso a novas oportunidades de trabalho e inclusão social. Foram três horas de capacitação durante quatro dias, onde foi abordado conteúdos utilizando os materiais elaborados pela pesquisadora e contribuições de manuais da Anvisa sobre alimentos.

A avaliação foi positiva, pois os conteúdos ensinados geraram novos conhecimentos sobre manipulação segura de alimentos e, por meio das aulas práticas, o ensino se tornou mais claro.

A participação política está vinculada ao objetivo 3 e é sobre a participação cidadã que Barbosa (2013) se debruça. O autor afirma que o programa Projovem Urbano é destinado a proporcionar maior escolaridade e qualificação dos jovens, em especial os de 18 a 29 anos que são o público alvo do programa. O programa vai ao encontro da educação para o desenvolvimento sustentável propostas nos objetivos do milênio. Perante isso, o foco da pesquisa foi na dimensão participação cidadã, sendo o objetivo do trabalho identificar o sentido dado à participação e às contradições que essas experiências podem suscitar. O estudo foi realizado nas cidades de Palmas, São Vicente e Guarujá e pode concluir que na dimensão ético-político do programa estabelece preparar os jovens para a sociabilidade capitalista, tanto no plano econômico quanto no plano político. Barbosa (2013) ressalta que não cabe a programas como este o papel de formação da cultura política participativa.

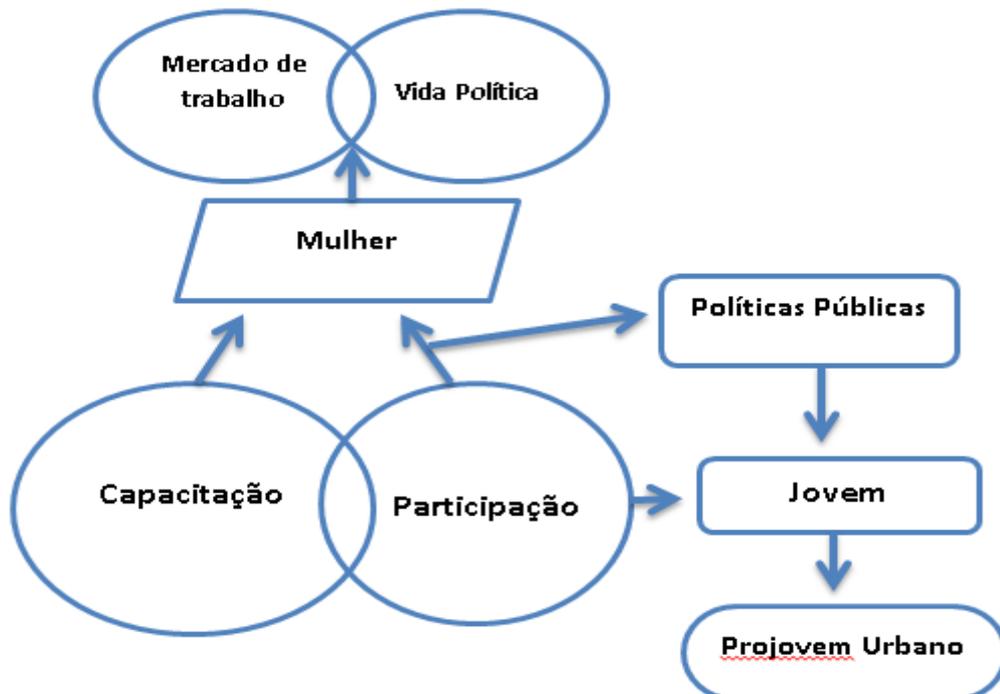
Esses quatro autores tem como ponto central a participação e a capacitação. Barbosa (2013) trás a participação cidadã dos jovens atrelados ao programa Projovem Urbano, contudo, sua conclusão mostra que não cabe a este programa essa formação. Já Jesus (2014),

Portolan (2014) e Santos (2016) versam sobre a capacitação das mulheres para que estas participem tanto do mercado de trabalho quanto da vida política.

Dentre esses autores, Jesus (2014) vai além, pois ele propõe ferramentas para potencializar o monitoramento da implementação das políticas de promoção da autonomia, isso tudo com o propósito de promover a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres.

Santos (2016) e Portolan (2014) apresentam pontos de vistas semelhantes. Enquanto Santos (2016) analisa a participação da mulher no mercado de trabalho, Portolan (2014) capacita mulheres em situação de vulnerabilidade para que estas tenham acesso a novas oportunidades de trabalho e inclusão social. A luta das mulheres por igualdade e melhores condições de vida é grande e Portolan (2014), ao perceber isso, busca uma forma de ir contra essa realidade, oferecendo aulas para que as mulheres, em especial, as que se encontram em situação de vulnerabilidade, pudessem se qualificar para terem mais chances no mercado de trabalho. Enquanto Santos (2016) mostra a luta dessas mulheres, Potolan (2014) vem com uma alternativa. O trabalho em REDE proposto por Jesus (2014) também pode ser uma solução para amenizar esta disparidade. Esses trabalhos se relacionam conforme mostrado na figura 6.

Figura 6 – Relação da mulher com mercado de trabalho e capacitação.



Fonte: Da autora.

Percebe-se que para a mulher conseguir entrar efetivamente no mercado de trabalho é necessário capacitação, sendo assim, isso se dá na base do processo até se chegar ao topo que seria a igualdade, onde pode-se observar isso com a figura 7.

Figura 7 – Relação para se chegar a igualdade



Fonte: Da autora.

4.4 Área Temática: Saúde

A área temática destinada a saúde está relacionada com o ODM 4: Reduzir mortalidade na infância, ODM 5: Melhorar a saúde materna e ODM 6: Combater HIV/AIDS, malária e outras doenças. Essa área tem ao todo 20 trabalhos. Para facilitar o entendimento, os trabalhos que se relacionam foram reagrupados em outras áreas. A temática destinada à saúde na infância conta com os trabalhos de Teixeira (2014), Vinagre (2006), Pedro (2014) e Zanchim (2013) que apresentam em comum o foco de análise as políticas públicas, além de Mello (2015) e Santos (2013) que versam especificamente da Rede Cegonhas. Já na parte de Morbidade Materna Grave tem-se os autores Luz (2013) e Silva (2016). Gonçalves (2016) e Kozak (2016) tem o foco na saúde materno-infantil. Já os trabalhos de Prati (2011) e Quispe (2017) estão ligados à área de Baixo Peso e Desigualdade Nutricional. Figueiredo (2013) e Fonseca (2013) realizaram análises epidemiológicas sobre malária e tuberculose. Ribeiro

(2016), Ferreira (2013), Bueno (2008) e Barros (2012) são trabalhos diversos que não se encaixam nas demais áreas estabelecidas.

Os autores que trabalham na área da Saúde na Infância são: Teixeira (2014), Vinagre (2006), Pedro (2014) e Zanchim (2013).

Segundo Teixeira (2014), políticas públicas voltadas para a saúde da criança são necessárias, principalmente para ajudar famílias de baixa renda. Diante disso, o autor propõe como objetivo de seu trabalho identificar e descrever a situação da municipalização da saúde em Mogi das Cruzes, principalmente dos programas de assistência à criança e à gestante com o foco na prevenção e promoção da saúde em seus aspectos legais. Além disso, Teixeira (2014) visa comparar resultados locais com resultados nacionais, com grande índice de natalidade no país e as preocupações com a diminuição da mortalidade infantil como um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Com vista nisso, Teixeira (2014) fez uma análise dos programas de saúde implementados no município, podendo, dessa forma, comparar seus resultados aos resultados nacionais nos últimos anos. Seus resultados apontaram que muitos esforços vêm sendo realizados para atender a demanda de saúde no município, em especial aqueles voltados à saúde da criança, visando atingir a redução da mortalidade infantil e assegurar uma melhor qualidade de vida a essas crianças. Ao comparar com o cenário nacional, ele percebeu que os objetivos vão sendo obtidos na medida em que programas vão sendo implantados.

Uma das metas ligadas ao ODM 4 foi de reduzir, até 2015, a mortalidade na infância em dois terços. Contudo, Teixeira (2014) afirma que o índice de mortalidade infantil não atingiu ainda as metas planejadas pela Organização Mundial de Saúde, porém, estão se aproximando. O autor ainda ressalta que esses resultados podem auxiliar as políticas em andamento podendo ajudar na tomada de decisões em planejamentos futuros.

Já Vinagre (2006) visa inferir a magnitude do efeito da ampliação da cobertura de sistema de saneamento básico na mortalidade na infância da população urbana dos municípios paraenses e relacioná-los à meta 5 dos ODM's. Segundo ele, as condições sanitárias precárias nas áreas urbanas são determinantes da mortalidade na infância. 5,5% dos óbitos menores de 5 anos se dão devido a falta de serviços de saúde e saneamento.

A conclusão do autor foi de que a alocação de recursos pode ser melhorada com o uso de critérios mais objetivos. Além disso, ele acredita que o acompanhamento das políticas públicas de saneamento básico pode passar a integrar as políticas de saúde pública.

Pode-se notar que Teixeira (2014) e Vinagre (2006) concluem que as políticas públicas são importantes para se alcançar a meta 5. Teixeira versa sobre políticas relacionadas diretamente a saúde na infância e Vinagre versa sobre políticas de saneamento, pois sem elas as taxas de mortalidade infantil tendem a aumentar.

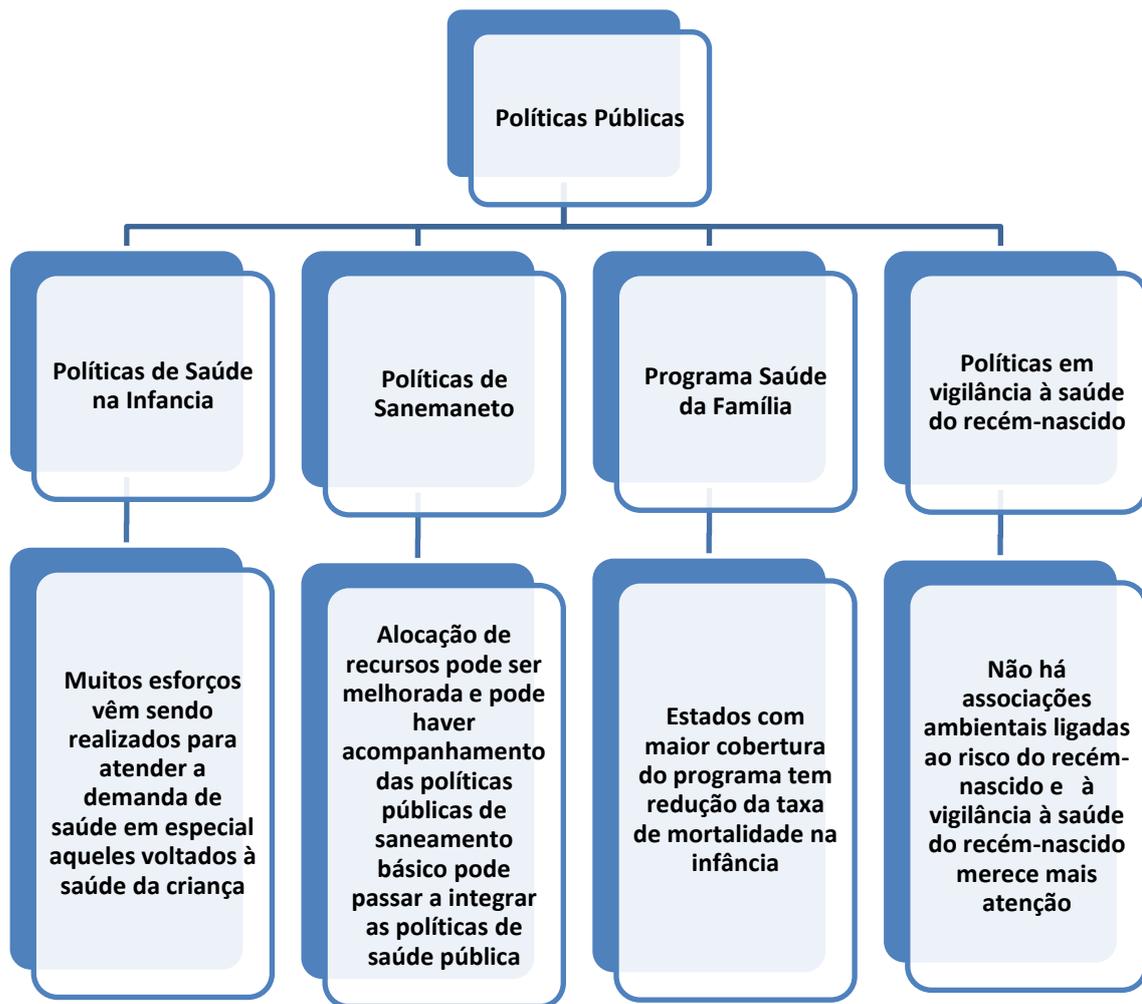
Pedro (2014) também faz uso de políticas públicas em seu estudo, contudo, seu questionamento se direciona a analisar a influência do Programa Saúde da Família (PSF), principal estratégia de reformulação da atenção básica, na redução da mortalidade na infância nos estados brasileiros. Sua análise foi de 2000 a 2011. Em dez estados com baixa cobertura do PSF foi possível observar o cumprimento da meta, resultando em 17,9 de mortalidade na infância. Já em estados com maior cobertura do programa, notou-se maior média de redução da taxa de mortalidade na infância. Sendo assim, o autor afirma que existe uma influência positiva do PSF na diminuição da mortalidade infantil havendo uma maior redução da taxa nos estados com maior proporção populacional coberta.

O Ministério da Saúde tem como prioridade a vigilância da mortalidade infantil e fetal. Diante disso, Zanchim (2013) propôs como objetivo identificar as áreas do município de Botucatu/SP com maior concentração de recém-nascidos classificados como com risco de adoecer ou morrer, considerando-se o ano de 2010 e utilizando técnicas de geoprocessamento. A autora pode concluir que não há associações ambientais ligadas ao risco do recém-nascido. Único fator encontrado foi o da renda, que gera desigualdades, influenciando indiretamente na classificação de risco do neonato ao nascer. Outro ponto observado pela autora é a falta de planejamento familiar na vida dos jovens, pois foi detectado como questão social: ausência de companheiro e idade materna inferior a 19 anos, o que também gera risco. Quanto à vigilância à saúde do recém-nascido, esta região também merece ser tratada como prioritária.

Pode-se notar que os 3 autores dessa área tratam diretamente de políticas públicas e suas conclusões versam sobre melhorias nessas políticas para se atingir o ODM 5. Já Zanchim (2013) apontou áreas com maior concentração de recém-nascidos classificados como com risco de adoecer ou morrer, e dentre suas conclusões que a vigilância à saúde do recém-nascido merece atenção no município pesquisado. Isso pode ser amenizado com a implementação de políticas públicas que visem essa temática, como foi observado por

Teixeira (2014), na medida em que as políticas vão sendo implementadas vai se cumprindo os objetivos, e com o cumprimento dos objetivos a mortalidade infantil em Botucatu/SP pode ser diminuída, ou pelo menos diminuir as áreas de risco. Assim, pode-se ter a Política Pública no topo e os programas analisados e suas contribuições relacionados, conforme apresenta a figura 8.

Figura 8 – Relação entre políticas públicas.



Fonte: Da autora.

Mello (2015) e Santos (2013) novamente apresentam a política pública como o cerne da discussão, como os trabalhos de Teixeira (2014), Vinagre (2006), Pedro (2014) e Zanchim (2013), contudo, o rumo tomado por Mello (2015) e Santos (2013) é mais direcionado à gestão e mortalidade materna.

A Rede Cegonhas é a política pública tratada por Santos (2013) e Mello (2015). Uma com objetivo de analisar a implantação da Rede Cegonha no âmbito do SUS, quanto ao

componente do parto, no conjunto de estabelecimentos de saúde dos estados brasileiros no período de 2011 a 2012 e outro com o objetivo de avaliar a linha de cuidado em gestação de alto risco dentro do Programa Rede Cegonha do Sistema Único de Saúde na região do Médio Vale do Itajaí.

Santos (2013) afirma que houve uma queda na mortalidade materna de 51% entre os anos de 1990 a 2010, o que mostra que os esforços para que isso ocorra tem dado resultado.

Diante desse resultado e com vista a alcançar os objetivos do milênio, o Ministério da Saúde criou em 2011 a Rede Cegonhas. A pesquisa de Santos (2013) mostra avanços importantes na redução da morte materna em todo território brasileiro. Foi possível perceber o declínio nacional, regional, estadual e local dos óbitos maternos no Brasil entre 2010 a 2012 no conjunto dos estabelecimentos de saúde.

Nos resultados de Mello (2015), foi possível perceber fragilidades no cuidado à saúde de gestantes de alto risco em diferentes níveis de atenção, decorrentes de fatores humanos e organizacionais. Apesar das melhorias nos índices apontadas por Santos (2013), Mello (2015) ressalta que a fragilidade no cuidado com a saúde da gestante está ligada à intersubjetividade na relação médico-paciente como importante determinante na evolução das intercorrências gestacionais. A figura 9 mostra o foco desses trabalhos em relação às políticas públicas.

Figura 9 - Políticas Públicas relacionadas a ODM 4 e 5.



Fonte: Da autora.

Tratando diretamente da Morbidade Materna Grave, foram localizados os autores Luz (2013) e Silva (2016). Para se ter um conhecimento sobre as condições e processos de cuidado que levam as mulheres a situações clínicas críticas e morte durante o ciclo gravídico-puerperal, um grupo de pesquisadores implantou um projeto com intuito de criar a Rede Nacional de Cooperação Científica para realizar vigilância, estimar frequência dos casos de *near-miss* maternos, realizar uma investigação multicêntrica sobre a qualidade dos cuidados das mulheres com complicações severas na gestação e conduzir uma avaliação multidimensional de um grupo selecionados destas mulheres. Diante disso, o objetivo da pesquisa de Luz (2013) foi de avaliar a perspectiva dos profissionais sobre o impacto na qualidade dos cuidados oferecidos às mulheres com a participação do serviço na Rede Nacional de Vigilância de Morbidade Materna Grave (RNVMMG). Para se atingir o objetivo da pesquisa foram realizadas 122 entrevistas ao qual foi possível perceber que a participação na RNVMMG mudou sua percepção e atitude diante da identificação dos casos de risco à morbidade/mortalidade materna, o que ajudou a difundir os conhecimentos adquiridos no próprio serviço e tomar a conduta médica mais eficiente na condução desses casos.

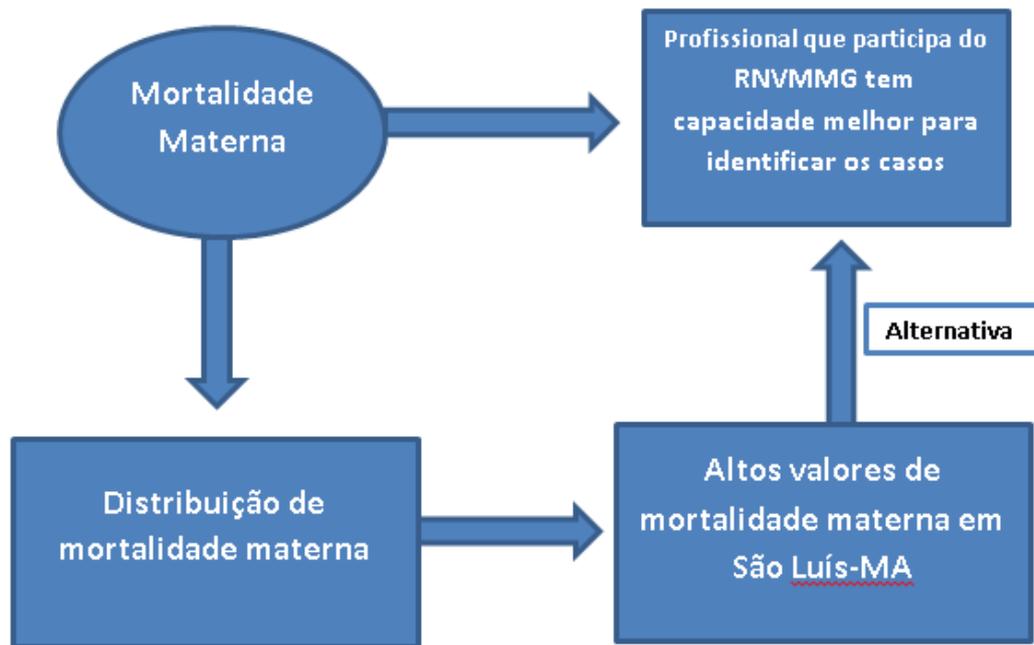
A autora concluiu que houve mudanças significativas na capacidade dos profissionais que participaram da RNVMMG para identificar os casos, que se aprimorou ao longo do tempo. Além disso, os serviços tiveram melhoria na qualidade dos cuidados oferecidos.

Os resultados de Mello (2015) mostram fragilidades no cuidado à saúde de gestantes de alto risco em diferentes níveis de atenção, decorrentes de fatores humanos e organizacionais. Contudo, ao se implantar o serviço de RNVMMG, tratado por Luz (2013), foi possível notar melhoria na qualidade dos serviços oferecidos. Pode-se notar disparidades nesse contexto da mortalidade materna.

Silva (2016) buscou analisar a mortalidade materna e sua distribuição nos Distritos Sanitários de São Luís-MA no período de 2003 a 2013. Ao todo foram analisados 201 óbitos que compõem 7 distritos da cidade. Os maiores percentuais se deram entre mulheres solteiras, pardas, entre 20 e 29 anos e com 8 a 11 anos de estudos, sendo suas causas diretas. A autora conclui que São Luís apresentou valores elevados de mortalidade materna, dessa forma, não sendo possível alcançar a quinta meta dos objetivos do milênio. A autora ainda ressalta a necessidade de se fortalecer a atenção básica a saúde materna.

Nestes trabalhos pode-se relacionar a Morbidade Materna como central nessa discussão e outra vez é possível recorrer aos achados de Luz (2013), pois a Rede Nacional de Vigilância de Morbidade Materna Grave (RNVMMG) pode ser um alternativa para se combater as altas taxas de mortalidade materna apontadas por Silva (2016), conforme mostra a figura 10.

Figura 10 - Relação dos trabalhos de Silva (2016) e Luz (2013).



Fonte: Da autora.

Gonçalves (2016) e Kozak (2016) tem o foco na saúde materno-infantil. Estes autores propuseram caminhos divergentes, mas que se complementam. Gonçalves (2016) faz uso da tecnologia, ao propor o protótipo, para melhorar tanto a saúde das mulheres quanto qualidade de vida e Kozak (2016) confirmou resultados positivos em relação à saúde na cidade de Prudentópolis (PR). Para cidades com realidades diferentes dessa apresentada por Gonçalves (2016), a adoção desse protótipo como ferramenta estratégica seria de vital importância, para que além de interações com políticas públicas de saúde fosse possível ter taxas de mortalidades menores e melhoria na qualidade de vida, assim pode-se ter a seguinte relação, conforme apresentado na figura 11.

Figura 11- Relação de saúde materno-infantil com software social.



Fonte: Da autora.

Gonçalves (2016) objetivou desenvolver uma proposta de protótipo de software social para m-health como apoio à promoção da saúde materno-infantil. Seus resultados tiveram a concepção do protótipo de software social voltado para atender às diversas formas de

aprendizagem e mudança de comportamento por meio do empoderamento da informação, tanto por parte das mães e gestantes como por parte dos profissionais de saúde. O protótipo, além de ser uma inovação tecnológica nas interações de políticas públicas em saúde, promove mudanças no comportamento e estilo de vida gerando melhorias da qualidade da saúde.

A comparação de Kozak (2016) foi com relação aos perfis de saúde materno-infantil no município de Prudentópolis (PR), com foco nos resultados da aplicabilidade dos modelos das Unidades de Saúde no combate à mortalidade infantil. Os resultados foram satisfatórios, contudo, os serviços analisados no município apresentaram diferenças em suas características de saúde e fatores de risco para mortalidade infantil. Prudentópolis apresentou resultados relevantes na redução do morbimortalidade infantil através de ações dos serviços de APS. Segundo o autor, o Brasil cumpriu a meta dos ODM's em relação à mortalidade infantil.

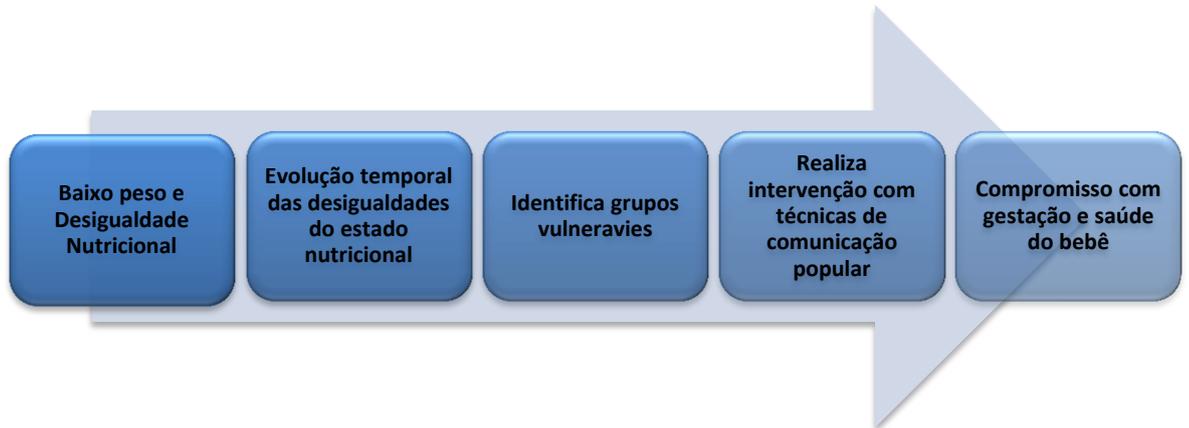
Já os trabalhos de Prati (2011) e Quispe (2017) estão ligados à área de Baixo Peso e Desigualdade Nutricional. Prati (2011) visa discutir temas ligados ao baixo peso ao nascer com gestantes de comunidades da Região Metropolitana de Curitiba utilizando técnicas de comunicação popular. Com a intervenção realizada foi possível reduzir o índice de crianças nascidas com baixo peso nas comunidades acompanhadas e notar uma mudança no modo como as gestantes veem seus direitos e deveres com relação ao pré-natal. Verificou-se um crescente comprometimento dessas mulheres com sua gestação e com a saúde de seus bebês, possibilitando relação de partilha de experiências, vivências e saberes.

Já Quispe (2017) tem o intuito de descrever a evolução temporal das desigualdades do estado nutricional entre crianças menores de cinco anos nos países da América Latina e Caribe. De acordo com Quispe (2017), a avaliação das tendências das desigualdades do estado nutricional assume uma grande importância na agenda pós-2015, já que avaliar as mudanças ou os avanços na promoção da equidade em indicadores nutricionais, permite identificar grupos mais vulneráveis para possível planejamento de políticas públicas e estratégias voltadas para a melhora da nutrição infantil.

A intervenção proposta nos estudos de Prati (2011) pode ser uma alternativa para que as gestantes se comprometam mais com sua gestação e o estado nutricional das crianças. Pode-se ressaltar também o uso estratégico da comunicação popular, que foi grande aliada para se alcançar bons resultados. Dessa forma, esses dois trabalhos se relacionam e se complementam visto que a pesquisa de Quispe (2017) identifica grupos vulneráveis e Prati (2011) propõe uma intervenção que gera resultados positivos, podendo esta ser aplicada aos

grupos vulneráveis encontrados por Quipe (2017). A relação existente nesses trabalhos se assemelham as de Gonçalves (2016) e Kozak (2016), pois um pode ser usado para solucionar a problemática encontrada no outro.

Figura 12 – Relação dos trabalhos de Prati (2011) e Quipe (2017).



Fonte: Da autora.

A parte destinada a análises epidemiológicas ficaram por conta de Figueiredo (2013) e Fonseca (2013), um falando sobre a malária e outro sobre tuberculose, respectivamente. Em contrapartida, a autora Rodrigues (2015) trata não apenas essas doenças, mas outras como sendo negligenciadas.

Pode-se notar que o foco desses dois autores foi de realizar análises epidemiológicas, contudo, de doenças diferentes, o que é ainda mais relevante, pois gera resultados tanto para malária quanto para tuberculose.

Figueiredo (2013) analisou a epidemiologia da malária no município de Anajás, Ilha de Marajó, no Pará, a fim de identificar os fatores associados com a realização potencial ou não do sexto ODM. Diante da necessidade em realizar análises a fim de quantificar e especificar, com bases epidemiológicas, caracteres e evoluções das doenças, Fonseca (2013) realiza análise epidemiológica da tuberculose em três municípios do estado do Paraná: Curitiba, Parangua e Guarapuava.

De acordo com Figueiredo (2013), a malária é um problema de saúde pública bem grave e que 99% da população foi infectada entre os anos de 2002 a 2011, o que representou um dos maiores índices do mundo. O autor conclui que o município não iria cumprir o sexto ODM até 2015, contudo, foram identificados pequenos avanços no quesito controle da malária. O autor acredita que não só em Anajás, mas na Ilha de Marajó e em todo estado do Pará a malária continuará sendo uma grave ameaça à saúde pública por muito tempo.

Já a tuberculose, analisado por Fonseca (2013), também se caracteriza por ser um agravo à saúde pública. Segundo o autor, o Brasil está na 19ª posição em relação ao número de casos e na 104ª em relação ao coeficiente de incidência. Sendo assim, a distribuição de casos está presente em 315 municípios do território brasileiro, correspondendo um total de 70% dos casos.

Com vista a atingir o sexto ODM, no estado do Paraná foi possível registrar queda de novos casos de tuberculose, de 2.614 em 2007 para 2.561 em 2008.

Diante da magnitude dessas doenças, a autora Rodrigues (2015) as trata como doenças negligenciadas, não apenas essas, mas também dengue e HIV/AIDS. Seu objetivo foi de compreender, por meio da Geografia da Saúde, a ocorrência e distribuição das doenças negligenciadas em Roraima e as possibilidades do estado atingir as metas de controle definidas pela ONU para 2015. As doenças que compõe a pesquisa são: malária, tuberculose, dengue e HIV/AIDS. Foram usados dados do Ministério da Saúde e do governo de Roraima onde foi possível notar disparidades nas condições de vida nos 15 municípios do Estado. Conforme apresenta Rodrigues (2015), os aspectos socioeconômicos comprometem a efetividade das ações do estado e municípios para o combate e controle dos vetores das doenças. Além disso, a irregularidade na distribuição dos profissionais pelo território dificulta desenvolver ações conjuntas no intuito de melhorar o atendimento na rede de atenção básica, comprometendo o atendimento nos hospitais de média e alta complexidade, na Capital do Estado.

Pode-se notar nesses trabalhos a importância do cumprimento do objetivo sexto dos ODM's, visto que o Brasil apresenta grande número de casos de incidências dessas doenças, que muitas vezes são negligenciadas como observado por Rodrigues (2015).

As demais temáticas propostas pelos autores Ribeiro (2016), Ferreira (2013), Bueno (2008) e Barros (2012) versam sobre atuação dos Ministério Público em implementação de políticas públicas, capacitação por ensino a distância de agentes de saúde, saúde bucal e saúde reprodutiva. Sendo estas áreas significativamente diversas.

Ribeiro (2016) analisou o perfil do Ministério Público como implementador de políticas, trazendo o contexto do projeto "O MP e os Objetivos do Milênio Saúde e Educação de Qualidade para todos" visando verificar se o Ministério Público tem atribuição para a implementação de políticas públicas.

Ferreira (2013) tem seu foco voltado para as doenças parasitárias, sendo estas também um problema para saúde pública. E como ferramenta a isso, o autor propõe o ensino a distância para capacitar agentes de saúde. Seu objetivo foi de avaliar o Ensino a Distância como ferramenta de ensino para agentes de saúde sobre as temáticas doenças parasitárias. Assim, seu intuito foi de criar conteúdo e disseminar conhecimento para capacitar agentes municipais de saúde em medidas profiláticas, transmissão e prevenção de parasitoses intestinais, por meio do preparo e aplicação de curso a distância (EAD), além disso, analisar a Plataforma TelEduc para difundir essa capacitação a outros agentes.

O curso foi montado, realizado em Plataforma TeldEduc e teve duração de 180 horas, sendo 148 horas por EAD e 32 presenciais. O público alvo foi os agentes de saúde e profissionais da saúde. Ao todo 158 alunos se inscreveram no curso, mas houve uma taxa de evasão de 24,8%. Foi possível concluir que o EAD pode e deve ser utilizado, como uma alternativa de educação em doenças parasitárias, como mais uma ferramenta útil para acesso e ampliação do conhecimento.

Já na temática da saúde bucal, Bueno (2008) objetiva analisar a associação entre os indicadores dos ODM's e indicadores de saúde bucal. Com base nas pesquisas, sua conclusão foi de que os indicadores dos ODM estão associados significativamente com indicadores de saúde bucal. Desta forma, políticas públicas inter-setoriais baseadas em estratégias populacionais de promoção da saúde com enfoque nos determinantes sociais de saúde, monitorados pelos ODM, podem atuar de forma convergente em direção à melhoria das condições de vida e da saúde bucal das pessoas.

Outra área temática tratada nesta categoria é a da saúde reprodutiva, ao qual Barros (2012) avalia a situação dos diversos tipos de união com relação à saúde e direitos reprodutivos, usando dois países da América Latina: Brasil e México. Os indicadores vinculados aos ODM's são usados como referências em especial os que tratam de: saúde materna, fecundidade adolescente, prevalência contraceptiva e demanda insatisfeita por planejamento familiar.

Os resultados apontaram a educação como principal fator determinante das diferenças no acesso à saúde reprodutiva. Entretanto, alguns achados sugerem que, entre as mulheres mais educadas, há um perfil relativamente melhor de acesso à saúde reprodutiva e com maior capacidade de exigir respeito aos direitos reprodutivos.

4.5 Área Temática: Desenvolvimento Sustentável

Os trabalhos que se encaixam nessa área temática são trabalhos que se relacionam com o objetivo 7: Garantir Sustentabilidade Ambiental. Conforme apresenta o Relatório 5 do PNUD (2014 p.102), para se alcançar esse objetivo os países têm que alcançar quatro metas, dessas metas duas seriam sobre a proteção dos recursos ambientais e da biodiversidade, e as outras duas restantes estão relacionadas com o acesso à água potável e ao saneamento básico, e melhoria das condições de vida das populações urbanas que vivem em assentamentos precários. Os 24 trabalhos relacionados a essa área temática versam exatamente sobre isso. Os autores Alves (2008), Jesus (2011), Borges (2007), Santos (2015) e Pereira (2013) mostram alguns municípios e localidades que têm se empenhado para atingir os ODMs. Bischof (2016), Pinto (2015) e Machado (2016) tratam do desenvolvimento e qualidade de vida. Já Neto (2013), Neto (2014) e Silva (2016) falam sobre o recurso da água. Carvalho (2009), Costa (2013) e Pardo (2013) abordam o setor privado e o desenvolvimento industrial ligado a sustentabilidade. Oliveira (2016), Nascimento (2013) e Frey (2015) tratam diretamente sobre o desenvolvimento sustentável. Já Indjai (2014), Rodrigues (2014) e Dacol (2013) tratam, além de desenvolvimento, de políticas públicas. Os demais autores Ferretti (2008), Melo (2008), Oliveira (2016) e Carneiro (2014) tratam de áreas diversas.

Alguns dos trabalhos pertencentes a essa área temática versam sobre o Desenvolvimento Sustentável (DS), como Alves (2008), que apresenta conceitos ligados ao termo desenvolvimento sustentável e investiga ações desenvolvidas pelos entes administrativos municipais que contemplem a definição, no âmbito do tripé sócio-econômico-ambiental, usando como base os ODM's. Para isso, o autor realizou uma revisão bibliográfica e uma pesquisa de campo, para coletar informações por meio de entrevistas e análises documentais. A pesquisa foi feita nos municípios de São Carlos e Ibitinga. Sua conclusão foi de que no município de São Carlos todas as ações são satisfatórias, indo ao encontro dos 8 objetivos, ressaltando que para a meta 2 e 7 e para o ODM 7, o município possui diversas ações. Como mencionado anteriormente, o relatório 5 aponta quatro metas a serem cumpridas relacionadas com proteção dos recursos ambientais e da biodiversidade, acesso à água potável e ao saneamento básico, e melhoria das condições de vida das população urbana que vive em assentamentos precários.

Os resultados de Alves (2008) mostram ações que versam com essas metas como: 60% das residências da cidade foram servidas pela coleta Seletiva, funcionamento de usinas de reciclagem de Resíduos da Construção Civil (Programa Futuro Limpo); Estação de Tratamento de Esgoto, modelo de referência e Programa de Recuperação de Nascentes

(Plantando o Futuro) entre outras. Já em Ibitinga, os resultados apontam carências nessas ações e, em alguns momentos, ausência na consecução de ações ligadas a algumas das 8 metas, como objetivos 3, 2, 7 e 8. Contudo, nos objetivos 1, 4 e 5, as ações desenvolvidas resultaram em satisfatórias e servem como modelo para outros municípios.

Já o autor Borges (2007) relaciona o desenvolvimento do município de Pindamonhangaba com os oito objetivos do milênio, para isso é realizada uma pesquisa descritiva associada a um estudo de caso. O trabalho faz uso da mesma metodologia empregada pela Fundação SEADE para a elaboração do Relatório Estadual de Acompanhamento 2005. O estudo tem como base de dados a Fundação SEADE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Saúde e Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), que contribuiram para o esclarecimento do problema de pesquisa. Em seus resultados, foi possível ver o atual posicionamento dos ODM's em Pindamonhangaba, o que mostra a potencialidade do município em cumprir os objetivos em nível local, contribuindo para elevação de indicadores do Estado e do País.

Jesus (2011), no desejo de aprofundar seus conhecimentos em torno dos ODM's na região metropolitana do Recife, opta pela pesquisa documental e usa questionários aplicados a alguns gestores públicos, centrando-se nos 8 objetivos. Suas conclusões versam sobre o esforço empreendido pelos governos municipais a fim de alcançar as metas traçadas, mesmo com margem de iniciativa sendo limitada. A análise dos dados relacionados com os Objetivos pode apoiar os responsáveis por definição e execução de políticas públicas e a outras instituições da sociedade. Essa análise converge com a conclusão de Borges (2007) ao afirmar que

Ele é um panorama do resultado das ações até agora empreendidas e permite que as pessoas responsáveis pelo planejamento das ações futuras tenham uma base científica para confirmar as ações que foram bem sucedidas, que sejam alteradas aquelas que não atingiram plenamente as metas inicialmente estabelecidas e que sejam totalmente revistas as que não apresentaram resultados mínimos desejados (BORGES, 2007 p. 70).

Ambos os autores afirmam que os esforços para se chegar aos ODM's auxiliam os tomadores de decisões em futuras políticas, pois esses trabalhos mostram onde já se chegou e onde ainda se pode chegar.

Santos (2015) afirma que ter um planejamento urbano de cidades é um diferencial importante para se aplicar os ODMs. Na região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, as condições de vida e os modos de escolha para o desenvolvimento, são determinantes para caracterização socioeconômica da região. Assim, seu trabalho teve por objetivo apresentar as oportunidades que são oferecidas para essa região, visando atingir os objetivos de desenvolvimento do milênio, de modo a melhor direcionar as tomadas de decisão e os recursos disponíveis para as cidades. Para que isso fosse concretizado, o autor realizou uma análise multivariada conhecida por análise fatorial, a qual sugere identificar fatores que melhor se correlacionam aos objetivos de desenvolvimento do milênio e ao uso energético.

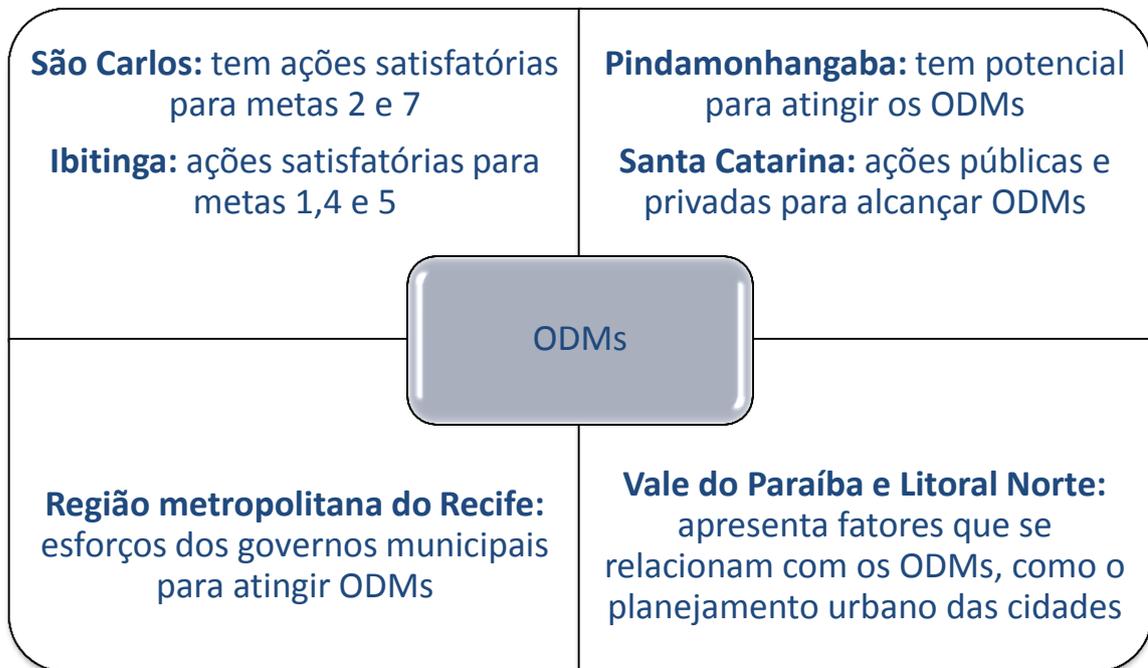
Dentre suas conclusões, o autor ressalta a intensidade elétrica das cidades como sendo um vetor para o planejamento urbano das cidades em direção a melhores condições de vida das suas populações. Necessidade de maior incentivo às parcerias entre cidades de modo que necessidades como saneamento básico produzam efeitos de melhores condições de vida além dos cuidados com o uso consciente da água e da energia.

Pereira (2013) objetiva compreender os enfoques conceituais do processo de agenda decisória e apresentar a trajetória do planejamento de políticas públicas (PPs) em prol dos objetivos de desenvolvimento do milênio (ODMs) em Santa Catarina. Com isso, a autora tem por intuito visualizar em que parte da história catarinense os ODMs foram considerados como fator relevante para a criação de uma PPs. Sendo assim, a pesquisa não mediu esforços para encontrar questões que relacionam as decisões do planejamento do Estado e a criação de PPs voltadas aos objetivos do milênio. Pereira (2013) ressalta que esses objetivos se propõem a induzir o desenvolvimento socioeconômico de forma equitativa e inclusiva, por meio de ações práticas dos governos e da sociedade. Sua conclusão afirma que tanto a ação pública como a privada deve buscar o alcance dos ODMs de forma continuada; ter consistência e durabilidade, caminhando para o cumprimento dos ODMs em especial o de erradicar a pobreza.

Esses cinco autores tem os objetivos do milênio como foco e, além disso, seus estudos mostram os esforços de municípios e localidades em se alcançar os ODMs. Alves (2008) traz São Carlos e Ibitinga, Borges (2007) Pindamonhangaba, Jesus (2011) aborda a região metropolitana do Recife, Santos (2015) a região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e Pereira (2013) Santa Catarina. Esses autores fizeram análises que dizem respeito a potencialidades e esforços públicos e privados para se atingir os ODMs e assim se

desenvolverem, em especial nas dimensões sociais, econômicas e ambientais. Essas conclusões podem ser vistas na figura 13.

Figura 13 - Potencial e esforços para se acalcar ODM 8.



Fonte: Da autora.

O desenvolvimento local e de microrregiões foi tratado por Bischof (2016), Pinto (2015) e Machado (2016). Esses três autores constatarem melhorias na qualidade de vida da população, crescimento econômico e populacional. Contudo, apesar de seus achados terem lados positivos, foi possível encontrar deficiências.

Bischof (2016) toma como base: o Resumo Executivo de Ubatuba; o PIB; o PIB per capita; o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e; os Objetivos do Milênio para avaliar a urbanização, para discorrer sobre a economia e sobre o desenvolvimento social local do município de Ubatuba. Seu intuito é analisar o crescimento econômico, urbano e o desenvolvimento do município entre os anos de 1980 e 2010. Seu objetivo é descrever o processo de crescimento territorial urbano como reflexo da evolução dos aspectos econômicos e sociais dentro deste espaço. O autor conclui que o município teve um aumento populacional e se urbanizou ao longo do período analisado. No entanto, estes fenômenos não foram planejados previamente, o que resultou em um processo de desenvolvimento que não acompanhou as necessidades advindas do crescimento populacional.

O autor ressalta a parte social, que demonstra que o município evoluiu seus indicadores sociais relacionados ao IDHM e aos ODM, porém, ainda apresenta lacunas nos setores de educação, saúde, qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.

Pinto (2015) busca analisar a percepção da qualidade de vida dos moradores da cidade de Avelinópolis-GO e relacioná-la com os indicadores de desenvolvimento local. Para isso, sua pesquisa teve cunho exploratório, documental e de campo, por meio de questionários voltados à população, com o objetivo de conhecer o que esta entende por qualidade de vida. Ao todo foram aplicados questionários a 297 moradores da zona urbana do município.

Seus resultados revelaram que as pessoas entrevistadas consideram boa a sua qualidade de vida. Contudo, ao comparar a percepção da população com os indicadores locais, foi possível notar alguns problemas de desenvolvimento municipal que não são percebidos pelos entrevistados, como o baixo índice de empregabilidade, renda e baixo nível de escolaridade. Isso se deve a existência de fatores que contribuíram para uma melhor avaliação da qualidade de vida pela população, tais como o baixo índice de violência, o bom acesso aos estabelecimentos de saúde e o ambiente. Assim, o autor conclui que as principais demandas de programas de desenvolvimento são voltadas às áreas de educação e trabalho.

Machado (2016) realiza uma análise do desenvolvimento ambiental, econômico, social e político na microrregião Paraibuna/Paraitinga na década de 2000. Seu objetivo é realizar uma análise comparativa a partir das quatro esferas do desenvolvimento nos municípios que integram esta microrregião. A investigação tomou como base o perfil do crescimento econômico através da variação de indicadores como: PIB, número de empregos formais e taxa de empregabilidade, o perfil do desenvolvimento humano por meio da variação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e demais indicadores sociais, ambientais e políticos ao longo da década de 2000.

Os resultados obtidos caracterizaram a microrregião Paraibuna/Paraitinga como um espaço que cresceu economicamente no período de 2000 e 2010, destacando o setor de serviço como àquele que mais adicionou valor ao seu PIB. Contudo, ao analisar os indicadores de desenvolvimento social e ambiental, percebeu-se que os municípios ainda careciam de melhor estrutura nas áreas da saúde, da educação e de meio ambiente.

Como visto, Bischof (2016) vislumbrou que a falta de planejamento gerou um processo de desenvolvimento que não foi capaz de acompanhar as necessidades do crescimento populacional. Já Pinto (2015) averiguou baixo índice de empregabilidade e escolaridade, além de demandas nas áreas de educação e trabalho, que não foram reconhecidas pela população. E Machado (2016) constatou a necessidade de melhores estruturas na saúde, educação e meio ambiente. Esses achados fazem com que os governos municipais se atentem melhor às demandas e necessidades da população, para que assim as melhorias que foram apontadas continuem e se estendam para áreas que ainda precisam de melhorias.

Recursos hídricos são parte fundamental do contexto da sustentabilidade e os autores Neto (2013) e Neto (2014) e Silva (2016) tratam desse tema. Os três trabalhos têm em comum a temática água que se relacionam conforme mostrado na figura 14

Figura 14 – Relação dos trabalhos sobre recursos hídricos.



Fonte: Da autora.

O objetivo do trabalho de Neto (2013) é analisar o papel das nascentes no abastecimento de água das populações rurais difusas em assentamentos de reforma agrária da Zona Rural da Mata Pernambucana. Para isso, o autor realiza um estudo de caso nos assentamentos Serra Grande e Divina Graça, onde a Sociedade Nordestina de Ecologia desenvolve projeto de recuperação de nascentes, voltado para o atendimento ao consumo doméstico das famílias assentadas. Já Neto (2014) tem por objetivo verificar se a água dos poços utilizados pela população do Iguape, distrito do município de Aquiraz-CE, estava de acordo com os parâmetros de potabilidade previstos nas legislações vigentes.

Os resultados obtidos pelo autor mostram que diversos poços destinados ao consumo humano têm parâmetros fora dos limites aceitos pelas legislações vigentes. O estudo usou

como referência o Índice de Qualidade do Conselho Canadense de Ministros do Meio Ambiente que foi utilizado com o intuito de facilitar a compreensão do conjunto de dados. O trabalho revelou que dos dez poços monitorados apenas um apresenta água com qualidade classificada como boa.

Já Neto (2013) identificou ausência de políticas voltadas para o abastecimento de água de populações rurais difusas, como também que soluções locais de baixo custo podem subsidiar políticas e contribuir para a melhoria da saúde e conseqüentemente da qualidade de vida.

Segundo Neto (2014), a ONU aponta uma meta entre os ODM's de reduzir pela metade o número de pessoas sem acesso a água potável, e afirma que essa meta foi alcançada, entretanto, 768 milhões de pessoas ainda não usufruem desse avanço global, especialmente nas áreas rurais. Além disso, percebe-se como a população da zona rural carece de políticas que melhorem sua qualidade de vida (NETO, 2013).

O autor Silva (2016) também tem os recursos hídricos como foco. Seu objetivo foi avaliar a sustentabilidade do perímetro irrigado do Poção da Ribeira através de indicadores ambientais, sociais e econômicos. O autor apresenta que cerca de 70% da água usada no planeta é destinada a irrigação e devido a isso, fatores climáticos e de escassez do recurso água é que práticas sustentáveis na irrigação da agricultura devem ser mensuradas. Diante disso, seu trabalho se dá em três etapas: avaliar a qualidade da água do reservatório da Ribeira através de indicadores de risco para agricultura irrigada; avaliar a qualidade agroambiental dos solos do perímetro irrigado Poção da Ribeira através de indicadores químicos; avaliar a condição sustentável do perímetro através de um índice de sustentabilidade composto por indicadores ambientais, sociais e econômicos.

Seus resultados apontaram que a qualidade da água do reservatório da Ribeira apresenta riscos de fitotoxicidade decorrente de cloro e sódio durante o período seco para a região, além de risco iminente de contaminação. Em sua conclusão, o autor aponta ações para se ter condição de uma sustentabilidade vista como ideal e que gere melhorias na situação atual, tais como: superação da individualidade pela organização social, a adoção de práticas conservacionistas do solo, o tratamento sanitário da água, redução e eficiência no consumo da água para irrigação, o abandono do uso de agrotóxicos, a implantação de serviços públicos de assistência técnica rural, educação e capacitação profissional técnica e extensão rural, segurança pública e monitoramento de água e solo.

O setor privado e os impactos que os ODMs resultaram nele também estão englobados nesta área e são os autores Carvalho (2009), Costa (2013) e Pardo (2013) que versam sobre essa temática.

Em âmbito geral, os três autores falam sobre o setor privado e desenvolvimento industrial, além dos impactos causados por este. Carvalho (2009) e Pardo (2013) se diferenciam de Costa (2013), por trazerem os ODMs em suas conclusões. Carvalho (2009) afirma que apesar da timidez das empresas é possível ter ações direcionadas a HIV/AIDS e Pardo (2013) vislumbrou os impactos da industrialização.

Carvalho (2009) pesquisou 27 empresas associadas ao ICE-Ma, com objetivo de identificar a inserção do Direito Ambiental e Sanitário e o grau de adesão aos princípios do Pacto Global, bem como as contribuições das mesmas aos ODM's em São Luís/Ma. Em relação à adesão aos ODM's, identificou-se que as empresas ainda são tímidas, contudo, há um destaque para o combate ao HIV/AIDS e outras doenças, além disso, o acesso ao ensino básico universal também ganha destaque entre as ações empresariais.

Costa (2013) trata do desenvolvimento industrial e o desenvolvimento econômico global, tendo por objetivo analisar como organizações internacionais atuam como agentes de promoção para a transnacionalização do capital. A abordagem tem como norte a estruturação de mecanismos jurídicos, políticos e econômicos que visem à concepção do desenvolvimento econômico global, assim, o trabalho tem como objeto a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI).

A pesquisa procurou compreender como as questões relativas ao desenvolvimento foram ganhando espaço nas Nações Unidas, contemplando alterações que, ao longo do tempo, incorporou ao significado do desenvolvimento outras abordagens, que vão além dos aspectos apenas econômicos, convergindo nas últimas décadas do século XX em problemáticas que envolvem a sustentabilidade, Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs); e ODMs. Dentre estes, o autor destaca a ONUDI como agente participante de ajustes técnicos, jurídicos e econômicos.

A autora afirma em sua conclusão que

O exame dos relatórios da ONUDI mostra que seus projetos tem como foco especial o setor privado, permitindo a articulação entre PEDs e PMAs, os quais devem estar aptos a atuarem na orquestração dos mercados globais, onde é forjado a partir da livre iniciativa e da liberdade econômica. O que se

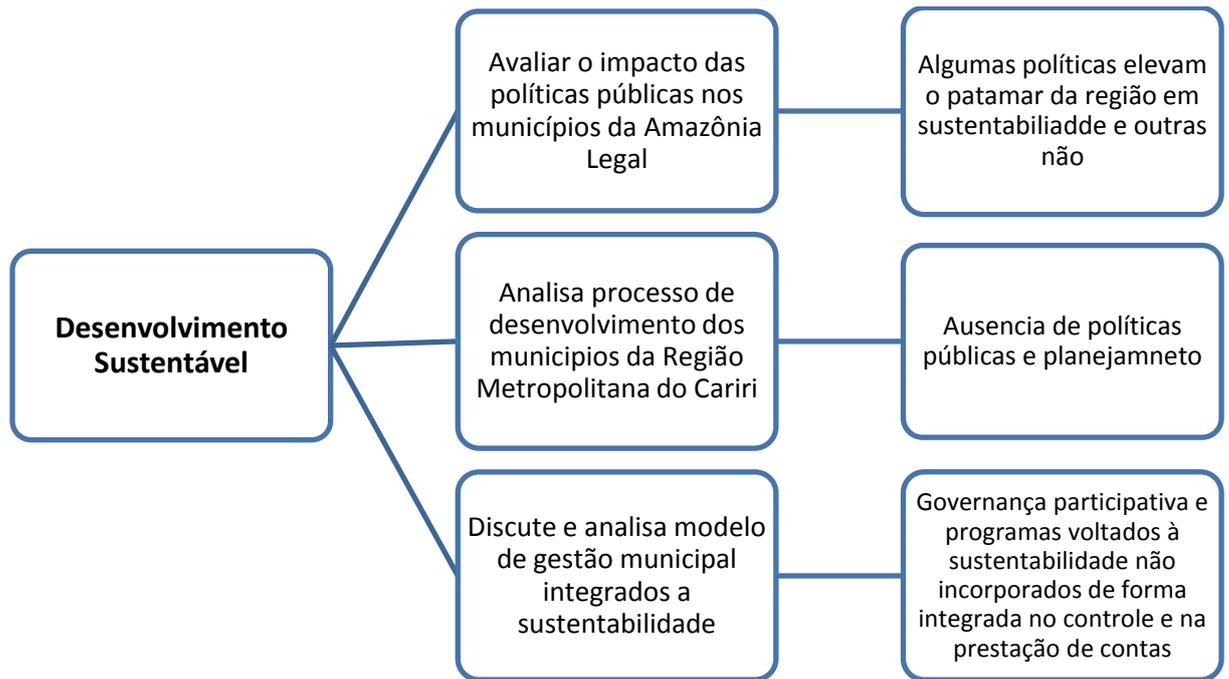
percebe é uma atuação em face de uma convergência que preza o desenvolvimento global, e está envolvida pela premissa de universalização dos benefícios da globalização como algo possível, porém quando tenta argumentar que as distorções da globalização são passíveis de serem corrigidas pelos próprios mercados, esta argumentação é posta em xeque mediante as crises que se desencadeiam deste processo (COSTA, 2013, p. 231).

Pardo (2013) analisou os impactos sociais e ambientais em um pequeno município que passou por um processo intenso de industrialização, procurando responder a questão: “Quais foram os impactos sociais e ambientais com a instalação de indústrias em pequenos municípios, incentivada pelo poder público municipal?”

Diante das propostas globais de planejamento e ação para alcançar os Objetivos do Milênio, o autor visou extrair os efeitos da ação de industrialização sobre os indicadores socioambientais. Ao fim da pesquisa, foi possível entender as relações no nível territorial, em um espaço urbano de pequeno porte e os impactos sociais e ambientais provocados pelo processo de industrialização promovido pelo poder público local.

Esses autores tratam diretamente sobre desenvolvimento sustentável. Oliveira (2016) e Nascimento (2013) ainda remetem as políticas públicas neste contexto, já Frey (2015) fica por conta do contexto histórico e conceitual da sustentabilidade, e também discute e analisa o modelo de gestão pública municipal dos anos de 2014 e 2015 nas dimensões da sustentabilidade. Sistemáticamente pode-se relaciona-los da seguinte forma, conforme figura 15.

Figura 15 – Relação dos trabalhos sobre desenvolvimento



Fonte: Da autora.

Conforme Oliveira (2016)

O Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS, como novo paradigma, estabelece a necessidade de racionalização do uso dos recursos naturais, de modo que possam atender às necessidades atuais das populações amazônicas sem comprometer as necessidades das gerações futuras (OLIVEIRA, 2016, p. 5).

Diante disso, esse autor tem como objetivo avaliar o impacto das políticas públicas de desenvolvimento regional sustentável nos municípios da Amazônia Legal. Para isso, 771 municípios são analisados por meio de 26 indicadores ligados a um Barômetro da Sustentabilidade que possui nove temas, na intenção de comparar as políticas públicas que mais impactam o Desenvolvimento Sustentável na Região Amazônica. Esse objetivo permite que gestores possam atuar a fim de atingir com maior eficiência os objetivos do milênio na Amazônia Legal.

Como resultado, Oliveira (2016) observou que as políticas relacionadas à educação, renda, tratamento sanitário e tratamento de resíduos são preponderantes para elevar a região ao patamar de sustentabilidade necessário. Entretanto, os indicadores de resultado mostram baixa eficiência ambiental na Amazônia Legal e no bem-estar humano.

Ainda no contexto do desenvolvimento regional, Nascimento (2013) tem por objetivo analisar o processo de desenvolvimento dos municípios da Região Metropolitana do Cariri (RMC), verificando se o mesmo se insere na perspectiva da sustentabilidade. Seus resultados

mostraram ausência de políticas públicas, assim como evidenciado no trabalho de Neto (2013), e falta de planejamento. O autor também notou que a prosperidade econômica se contrasta com a vulnerabilidade social e ambiental, o que o torna insustentável a médio e longo prazo.

Já Frey (2015) aponta o debate histórico e abordagens conceituais da sustentabilidade e DS, além disso, discute e analisa como o modelo de gestão pública municipal dos anos de 2014 e 2015 incorporaram as dimensões da sustentabilidade de forma integrada no controle e na prestação de contas fundamentando-se na *accountability*. Para isso, a autora analisou os instrumentos de prestação e controle das contas públicas: Lei Federal nº 4.320/1964, Constituição Federal de 1988, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Já as ferramentas para sustentabilidade foram usadas: Agenda 21 Global, os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM's), a plataforma dos indicadores do Programa Cidades Sustentáveis (PCS), e instrumentos de evidência da responsabilidade social e da sustentabilidade propostos para o setor público municipal.

Por meio disso, seus resultados apontam que o modelo vigente de gestão pública municipal tem vários instrumentos de governança participativa e programas voltados à sustentabilidade não incorporados de forma integrada no controle e na prestação de contas.

É possível notar que enquanto Oliveira (2016) ressalta que as políticas voltadas para educação, renda, tratamento sanitário e tratamento de resíduos podem fazer com que a região chegue ao patamar de sustentável, Neto (2013) e Frey (2015) notam falta de planejamento e de políticas públicas.

Ainda no contexto de políticas públicas, Indjai (2014), Rodrigues (2014) e Dacol (2013) têm seus trabalhos voltados para essa perspectiva. Rodrigues (2014) relaciona os objetivos de redução da fome e pobreza com promoção da sustentabilidade ambiental. Para isso, o autor realiza um estudo de caso em Mário Campos-MG, usando mamíferos de médio e grande porte como indicadores de conservação da biodiversidade e analisando os efeitos de uma das políticas do Fome Zero sobre os agricultores, suas práticas agrícolas, as mudanças no uso do solo e no desmatamento e biodiversidade.

Seus resultados apontaram que pequenas propriedades agrícolas têm potencial como *habitats* alternativos para os mamíferos. Simultaneamente, as políticas de estímulo à

agricultura familiar precisam aprimorar suas estratégias para garantir a manutenção da produção de alimento e amenizar o abandono de terras.

Indjai (2014) teve como foco analisar políticas de desenvolvimento rural sustentável da Guiné-Bissau, contendo a caracterização das condições sociais, econômicas e ambientais do país; a identificação das políticas públicas para seu desenvolvimento rural; o mapeamento dos conflitos sociais e a relação com a execução das políticas públicas para o desenvolvimento rural e, por fim, a identificação das possibilidades de acesso da população rural às políticas públicas. A pesquisa revelou que mais de 60% da população guineense vive na zona rural, enfrentando limitações pela falta de políticas públicas acessíveis a maioria dos lavradores, bem como, pelos conflitos sociais e falta de participação popular. Eventos históricos no país geraram um quadro de instabilidade econômica, política e social, essa instabilidade não propiciou a gestão pública acatar os desafios do desenvolvimento, como os objetivos do milênio. Além disso, constatou-se a inexistência de uma estratégia clara para problemas sociais no meio rural guineense, relativo aos investimentos no campo. Para mudar este contexto, faz-se necessária a participação política da população nos processos decisórios.

Já segundo Dacol (2013), a cidade de Balneário Camboriú/SC (BC) teve um crescimento urbano-turístico na década de 1970, o que resultou em um acentuado processo de expansão e melhorias para atender o crescimento. Diante disso, seu objetivo foi de estudar o desenvolvimento do sistema de esgotamento sanitário em BC à luz das políticas públicas implementadas, com a análise do período entre 1970 a 2013.

A metodologia adotada foi a revisão teórico-temática com coleta de dados primários e secundários e entrevistas semiestruturadas, dessa forma foram elaborados quatro mapas temáticos temporais para representar os avanços do sistema de esgoto em quatro períodos de análise (1970-1980; 1980-1990; 1990-2000; 2000-2013) e um mapa contendo a sobreposição dos períodos e os resultados observados. Foi identificado ausência de política pública que possibilitasse a integração das ações no âmbito da bacia hidrográfica do Rio Camboriú e inexistência de sistema de esgotamento sanitário no município de Camboriú, que despeja esgoto *in natura* no rio e impacta a qualidade ambiental da bacia hidrográfica.

É possível perceber que os três autores apontam defasagem nas políticas públicas, além de também mencionarem falta de estratégia e planejamento do setor público. Dacol (2013) deixa claro em suas conclusões a inexistência de políticas públicas na bacia do Rio

Camboriu e Indjai (2014) ressalta a importância da população participar para que se tenha políticas públicas mais efetivas.

Os demais autores Ferretti (2008), Melo (2008), Oliveira (2016) e Carneiro (2014) tratam de áreas diversas. O trabalho de Ferretti (2008) ganha destaque, pois analisa o cumprimento ou não de normas internacionais por parte dos Estados, especificamente em conformidade com os ODM's por parte do Brasil. O intuito é destacar no estudo de caso se o Brasil cumpre, ou não, os ODM's, e para tal propósito foi escolhido um dos ODM's como objeto de estudo empírico: ODM nº. 7 – Garantir a sustentabilidade ambiental. O estudo desenvolvido permitiu afirmar, que o país não cumpriu o ODM em sua totalidade. Dentre as três metas do ODM 7, a pesquisa concluiu que estas podem ser cumpridas parcialmente, visto que alguns indicadores seguem a tendência de melhorar.

Já Melo (2008) objetivou a construção de um modelo de gestão descentralizada de resíduos sólidos na Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia em 2007, para contribuir com o sétimo objetivo do milênio, traduzindo-a em ações locais. Por meio disso, notou-se uma redução na quantidade de resíduos levados ao aterro sanitário local garantindo uma gestão sustentável. Além disso, esse trabalho contribuiu para a qualidade de vidas das pessoas envolvidas.

Oliveira (2016) visou apresentar os estudos sobre o desenvolvimento a partir do interesse nas relações governo e governabilidade, que evidenciam os investimentos na gestão da vida por meio da economia política como princípio de cálculo para o aprimoramento do capital humano. O estudo de caso sobre o Fome Zero apresentou o uso da segurança alimentar no Brasil. Conforme apresenta a autora, esse programa operacionalizou as tecnologias necessárias para expandir o discurso dos ODM e da estética da vida segura como projeto universal. A autora conclui que os ODMs mostraram o processo de desenvolvimento, garantido a partir da tolerância e da confiança que eles fossem capazes de fazer com que a miséria, a fome e a pobreza sejam apenas um tema a ser racionalizado e governabilizado nos fóruns, conselhos e cúpulas a fim de se conectar com a conduta do indivíduo em suas famílias e no interior das estratificações da população pobre.

Já segundo Carneiro (2014), o ONU estabeleceu os oito objetivos do milênio com o intuito de propor uma sociedade e economia mais sustentável, assim atingindo quatro dimensões: social, ambiental, cultural e econômica. A fim de colaborar com o desenvolvimento científico do turismo, o autor teve como objetivo identificar e analisar como os destinos turísticos brasileiros adotam inovações para a sustentabilidade. Sendo assim, seu

trabalho visou contribuir para que os destinos turísticos brasileiros possam ser mais inovadores e sustentáveis, inclusive como forma de aumento da competitividade no País. O trabalho buscou experiências de inovação para a sustentabilidade nos principais destinos turísticos do País. Assim, a pesquisa analisou: Bonito (MS), Gramado (RS) e Instituto Inhotim (MG).

Os resultados não só indicaram práticas inovadoras nos três destinos turísticos pesquisados, mas também distintas ênfases atribuídas às dimensões da sustentabilidade (ambiental, cultural, social e econômica). Apesar das práticas de inovação para a sustentabilidade dos destinos turísticos serem ainda muito pontuais e embrionárias, o presente estudo pode ajudar aqueles que desejam ser mais competitivos via inovação, principalmente na criação de valor turístico e valor sustentável.

Sua conclusão constatou um esforço de diversas frentes (governamentais, privadas, sociais e de terceiro setor) no diálogo entre inovação e sustentabilidade, além disso, sua pesquisa evidencia alguns caminhos rumo a ganhos de competitividade turística que prezem as pessoas, o ambiente e a cultura.

4.6 Área Temática: Cooperação e Ação Social

Essa área temática está vinculada com o ODM 8 e trás três autores, Silva (2016), que estuda como se deu a disseminação dos ODMs em Santa Catarina, e Matos (2013), juntamente com Moraes (2016), que falam especificamente sobre a meta vinculada ao objetivo 8, que é: Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis nos países em desenvolvimento.

Esses dois autores, Matos (2013) e Moraes (2016), apresentam como pontos semelhantes a temática da indústria farmacêutica, ou seja, o foco do trabalho dos dois é esse, assim, suas visões e pontos de vistas são complementares ao ponto que Moraes (2016) discorre sobre os deveres e obrigações da indústria farmacêutica, enquanto Matos (2013) descreve o processo dessa meta ligando-o as políticas públicas de saúde no Brasil, Cuba e México.

Dois pontos que ambos os autores mencionam foram as necessidades e falta de apoio deixado pelo âmbito internacional. Matos (2013) aponta que as Metas do Milênio tiveram importância na cooperação para o desenvolvimento internacional, entretanto,

Observou-se que na esfera nacional dos três países estudados os objetivos analisados foram em sua maioria, obtidos, porém com escasso financiamento internacional direcionado para ALC, ou seja, os países estudados desenvolveram políticas e estratégias para garantia do acesso a medicamentos independentemente do apoio internacional (MATOS, 2010, p. 123).

Já Moraes (2016) ressalta a necessidade de uma legislação internacional que estabeleça deveres e responsabilidades à indústria farmacêutica alegando que isso seria de extrema importância para se chegar aos objetivos propostos. Pode-se entender essas semelhanças e pontos de vistas conforme mostrado na figura 16.

Figura 16 – Relação dos trabalhos sobre ODM 8.



Fonte: Da autora.

O trabalho de Matos (2013) busca descrever o processo dessa meta e as políticas públicas de saúde no Brasil, Cuba e México. Assim, o autor conclui que as Metas do Milênio tiveram importância na cooperação para o desenvolvimento internacional. Além disso, foi possível observar que os sistemas de saúde, existentes nos países estudados, apresentaram papel fundamental na política de acesso a medicamentos essenciais e no cumprimento das recomendações estabelecidas para os Estados-membros do Objetivo 8 de forma independente do financiamento e estratégias de cooperação internacional.

Já Moraes (2016) analisou os deveres e obrigações da indústria farmacêutica detentora de patentes de medicamentos essenciais em cooperar com a meta. Suas conclusões apontam que embora os instrumentos disponíveis auxiliem na promoção do acesso a medicamentos essenciais nos países em desenvolvimento, a necessidade de uma legislação internacional que

estabeleça deveres e responsabilidades à indústria farmacêutica persiste e é fundamental para que esta meta proposta pela ONU possa ser alcançada.

Silva (2016) é outra autora que se encaixa nesta área temática e, diferente dos dois anteriores, ela estuda a divulgação dos ODMs. Com a globalização, o distanciamento geográfico e temporal entre os países está cada vez menor, dessa forma há uma interação entre as regiões em escala mundial e intensificação nas relações entre o global e local. Perante isso, Silva (2016) estuda a organização da sociedade civil brasileira, conhecida como o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade que foi criado com o propósito de disseminar os pactos globais dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Com o surgimento de 11 comitês locais no estado de Santa Catarina, a autora faz do Estado seu foco de análise. A hipótese sustentada no trabalho é de que, com a atuação do Movimento no território, é possível identificar a expressão territorial da relação entre o global e o local. Dentre as conclusões da autora, ganha destaque a que afirma que o movimento permitiu o fortalecimento da relação global e local em territórios em que o movimento já estava presente.

4.7 Área temática: Outros

Essa área temática foi destinada a tratar de trabalhos que contribuem com os objetivos do milênio, contudo, não se encaixam nas áreas temáticas que foram propostas. Os autores dessa área são Barden (2009), Figueiredo (2010) e Silva (2014).

A criação dos ODMs visou promover as capacidades fundamentais, ou seja, busca desenvolver para que haja aumento das oportunidades, assim, as pessoas poderão viver em liberdade e com dignidade. Diante disso, e da dificuldade em se acompanhar estatisticamente o desenvolvimento, Barden (2009) propõe estruturar e analisar um indicador social ligado ao Rio Grande do Sul a partir dos ODMs. Diante da natureza do indicador, uma das preocupações da autora é de usar um sistema de ponderação para que o indicador reflita os pesos de cada dimensão e as variáveis de cada uma delas. Os resultados apontaram índices sustentados por três fatores: 1) indicadores de ensino básico, sustentabilidade ambiental e saúde materna; 2) indicadores de pobreza e fome, igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres; 3) indicadores de combate às doenças e mortalidade infantil. O Índice dos Objetivos do Milênio (IODM) criado pela autora possui hierarquização diferente dos indicadores usados.

Figueiredo (2010) analisou as principais linhas de pensamento contemporâneo ligadas à Teoria da Justiça em seus aspectos econômicos de distribuição de rendas e riquezas em face da atual Ordem Internacional. Para isso, o autor analisa a ordem internacional com foco no projeto das Nações Unidas para Desenvolvimento do Milênio, o qual teve por intuito mapear as causas da miséria e da pobreza em escala mundial, deixando claro que estas são causas de conflito entre as Nações. Além disso, o autor analisa a Crise Financeira de 2008, constatando que tanto as economias desenvolvidas, quanto as em desenvolvimento, podem sofrer variações de mercado. Sua conclusão, é de a erradicação da violência e a construção da paz estão profundamente ligadas à gradual eliminação da miséria e da pobreza, tanto em aspectos domésticos, quanto em caráter cosmopolita.

Silva (2014) teve por objetivo sistematizar e efetuar análise espacial dos indicadores de desenvolvimento sustentável apresentados nos municípios do Estado do Ceará e também de identificar quais as políticas públicas que são aplicadas para combater as desigualdades no desenvolvimento municipal. Seu foco é de identificar e analisar as diferenças entre os municípios neste processo de desenvolvimento. Para se chegar a esse objetivo, o autor fez uso de dados secundários que propiciou a ele identificar a dependência espacial desse desenvolvimento e analisar a influência de investimentos públicos no desenvolvimento dos municípios.

Por meio de seus resultados, foi possível perceber um baixo desenvolvimento dos municípios cearenses. Segundo o autor, os melhores desenvolvimentos são em áreas mais urbanas, pois estas apresentam além de indústrias, fáceis acesso a energia, rede de esgoto, água e educação. Neste contexto, observou-se uma adequação das políticas públicas federais para as necessidades expressas pelos municípios que, em suma, precisam de uma reestruturação da infraestrutura para desenvolver um crescimento sustentável.

5 CONCLUSÃO

A Declaração do Milênio apontou vários compromissos concretos para serem cumpridos. Por meio dela foi possível a criação dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio que teve o intuito de propor uma sociedade e economia mais sustentável, indo ao encontro das quatro dimensões: social, ambiental, econômica e cultura. Além dessas dimensões, os objetivos possuíam metas e indicadores quantitativos atrelados aos objetivos, sendo ao todo 8 objetivos, 18 metas e 48 indicadores.

Com o questionamento sobre como os estudos da literatura brasileira sobre os ODMs tem sido tratados tendo em vista os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são os objetivos que se vive atualmente, com agenda até 2030, este trabalho teve por objetivo fazer uma revisão sistemática na literatura brasileira existente, mapeando as teses e dissertações publicadas no ano de 2006 em diante, relacionados com a temática dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio tendo em vista os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Com isso foi possível encontrar 63 trabalhos que tratam da temática dos objetivos do milênio. E que deixam diretrizes para se alcançar os ODSs. Desses 63 trabalhos analisados, grande parte dos autores tem um direcionamento voltado para políticas públicas. De forma geral, a visão desses autores é de que foi possível alcançar alguns ODMs por meio de políticas implantadas e de melhorias em políticas que já existiam e outros autores também apontam ausências de políticas.

O Brasil não cumpriu com todos os objetivos propostos, alguns trabalhos analisados deixam isso claro. Mas há alguns objetivos que foram cumpridos até mesmo antes do prazo, como o ODM 1 de erradicar a extrema pobreza, que segundo Andrade (2013) e Samborski (2016), o país cumpriu esse objetivo ainda em 2002. Costa (2016) fala que o Brasil teve avanços na área da pobreza, em especial no partido do PT. As políticas públicas que propiciaram esse êxito no ODM 1 foram Brasil Sem Miséria e Fome Zero.

A educação foi amplamente discutida e o que foi possível notar foram melhorias na educação brasileira. Como ressalta Felten (2015), o aumento de oito pra nove anos na duração do ensino fundamental e Vieira (2011) que viu diminuição das desigualdades no ensino fundamental e no analfabetismo.

Os relatos dos autores que se relacionavam com o ODM 3 também tiveram pontos positivos como Portolan (2014) que capacitou mulheres em situação de vulnerabilidade social. Mas também há muito que se superar em relação a esse objetivo, como Jesus (2014) mostrou, que as mulheres enfrentam problemas para participar no monitoramento de implementação de políticas públicas e Santos (2016) ao analisar a participação da mulher no mercado de trabalho viu que há disparidades no que relaciona a inserção no mercado de trabalho, além de diferenças na remuneração. Diante desses desafios, esse ODM se estrutura

agora nos ODSs sendo o 5º deles e com o intuito de alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Os objetivos ligados a saúde, que são ODMs 4, 5 e 6 são os que mais necessitam de políticas públicas para serem alcançados, como afirma Teixeira (2014), que à medida que políticas públicas vão sendo implantadas os ODMs iam sendo alcançados. Um exemplo é a Rede Cegonhas que foi criada em 2011 justamente para se alcançar os ODMs. Vinagre (2016) também percebe a importância de políticas efetivas na área da saúde, pois em seu trabalho ele viu que a mortalidade na infância é reduzida onde se tem o Programa de Saúde da Família (PSF). Segundo Kozak (2016), o Brasil cumpriu o ODM em relação à mortalidade infantil. Malária e Tuberculose que também foram contempladas nos objetivos destinados à saúde também obtiveram queda conforme apresentam os autores Figuiredo (2013) e Fonseca (2013).

Um dos intuitos da criação dos objetivos do milênio era de proporcionar uma qualidade de vida maior e mais sustentável a sociedade, contudo, esse intuito vai diretamente ao contrário do que foi encontrado pelos autores. A parte de desenvolvimento sustentável almejada pelo ODM 7 é a que mais necessita de planejamento, estratégias e políticas públicas para se concretizar. Ferreti (2008) afirma que o país não cumpriu o ODM 7 em sua totalidade e há indícios disso nos trabalhos dos autores dessa área, que por sinal foi uma das áreas que mais teve contribuições para literatura.

Desenvolvimento sempre há, contudo, a sustentabilidade em se desenvolver é deixada de lado, conforme encontrado nos trabalhos. Bischof (2016) fala que a falta de planejamento gerou um desenvolvimento que não acompanhou as necessidades das pessoas. Machado (2016) viu que houve desenvolvimento, contudo, ao analisar os indicadores de desenvolvimento social e ambiental viu que ainda carece de melhores estruturas nas áreas da saúde, educação e meio ambiente. Oliveira (2016) viu que políticas relacionadas à educação, renda, tratamento sanitários e tratamento de resíduos são determinantes para se chegar a sustentabilidade. Nascimento (2013) notou ausência de políticas públicas e falta de planejamento. Dacol (2013) também identificou ausência de política pública, e Indjai (2014), que teve foco de analisar políticas desenvolvimento rural sustentável, constatou a inexistência de uma estratégia clara para problemas sociais no meio rural. Frey (2015) viu que tem instrumento de participação e programas voltados à sustentabilidade, entretanto, estes não estão incorporados de forma integrada.

O ODM 8 é discutido mais em relação a indústria farmacêutica, onde Moraes (2016) e Matos (2013) reconhecem a necessidade de financiamento e de uma legislação internacional.

A contribuição da literatura brasileira com os ODMs foi significativa e por meio desses trabalhos pode-se perceber que o Brasil teve grande potencial em cumprir os ODMs, políticas públicas foram implantadas, mudanças foram realizadas e indicadores foram criados para que se cumprisse os objetivos do milênio. Apesar do País não ter alcançado todos os objetivos propostos, esses trabalhos deixam uma grande contribuição para se cumprir os objetivos sustentáveis que agora são 17.

Os objetivos sustentáveis englobam objetivos que não foram alcançados pelos ODMs, então, tendo em vista o alcance dos ODS pode-se perceber que se investir em políticas públicas é de vital importância para se alcançar os objetivos sustentáveis, usar dos instrumentos de participação e sustentabilidade apontados por Frey (2015), fará com que o Brasil tenha chances de alcançar os novos objetivos propostos. Basta que os governos e as demais instâncias governamentais se empenhem para atingir esses objetivos e assim colocar em prática o plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, fortalecendo assim a paz universal, como é proposto na carta Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

REFERÊNCIAS

- ALVES, D. **Um estudo sobre ações municipais em direção ao desenvolvimento sustentável por meio da análise dos oito objetivos do milênio: os casos de ibitinga e são carlos'** Dissertação (Dissertação em DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE) CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA, Araraquara. 2008.
- ANDRADE, L. C. De. **A redução da pobreza e da fome no Brasil no âmbito dos ODMs: interações entre o global, o nacional e o subnacional.** 2013. 118 p. Dissertação (Mestrado em RELAÇÕES INTERNACIONAIS) Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- ARAÚJO, K. K. S. de; BARROSO, C. M. R.; SOUZA, É. J. C. de. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. **Revista Reflexões e Práticas Geográficas**, Maceió/AL, v. 1, n. 1, p. 45-57, jul/dez. 2014.
- BARBOSA, C. S. **Nova sociabilidade do capital e a natureza das políticas para jovens trabalhadores no governo Lula: uma análise da “participação cidadã” do ProJovem Urbano.** 2013. Tese (Doutorado em POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO HUMANA) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- BARDEN, J. E. **Indicador Social para o Rio Grande do Sul: uma análise a partir da Abordagem das Capacitações.** 2009. 211 p. Tese (Doutorado em ECONOMIA) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- BARROS, J. V. de S. **Medindo a saúde reprodutiva segundo o tipo de união na América Latina: indicadores sintéticos para Brasil e México,** 2012. 73 p. Dissertação (Mestrado em DEMOGRAFIA) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- BISCHOF, D. C. **O Processo de Crescimento e a Contribuição para o Desenvolvimento no Município de Ubatuba/SP (1980 – 2010),** 2016. Dissertação (Mestrado em PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL) Universidade de Taubaté, Taubaté, 2016.
- BORGES, F. F. M. **As metas de desenvolvimento do milênio: um estudo de caso do município de Pindamonhangaba,** 2007. 112 p. Dissertação (Profissionalizante em GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL) Universidade de Taubaté, Taubaté, 2007.
- BUENO, R. E. **Objetivos de desenvolvimento do milênio e saúde bucal,** 2008. 142 p. Dissertação (Mestrado em ODONTOLOGIA) Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008.
- CARNEIRO, D. M. R. **Visitando o século XXI: inovações para a sustentabilidade em destinos turísticos brasileiros.** 2014. Tese (Doutorado em DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL) Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- CARVALHO, C. C. **Responsabilidade sócio-ambiental empresarial: a inserção do direito ambiental e sanitário e o grau de adesão ao pacto global/ONU nas atividades produtivas em São Luís – Maranhão.** 2009. 112 p. Dissertação (Mestrado em SAÚDE E AMBIENTE) Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

- COSTA, E. R. P. **A trajetória das ações de segurança alimentar e nutricional no Brasil uma análise da atuação do estado à luz da teoria de poulantzas.** 2016. 128 p. Dissertação (Mestrado em ECONOMIA) Universidade Federal da Bahia, 2016.
- COSTA, N. S. De S. **A Onudi – Organização das Nações Unidas para o desenvolvimento industrial e o desenvolvimento econômico global.** 2013. 282 p. Dissertação (Mestrado em SOCIOLOGIA) Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.
- Curso de revisão sistemática. UNIFESP. Disponível em: <http://astresmetodologias.com/material/Revisao_da_Literatura/CursoRSL/As_12_Aulas.pdf>. Acessado em: 12 julho 2017.
- DACOL, K. C. **O desenvolvimento do sistema de esgotamento sanitário em Balneário Camboriú à luz das políticas públicas.** 2013. 102 p. Dissertação (Mestrado Profissional em PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SÓCIO-AMBIENTAL) Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- DECLARAÇÃO DO MILÊNIO, Cimeira do Milênio, Nova Iorque, 6-8 de setembro de 2000.
- DIAS, T. C. L.; SANTOS, J. L. G. dos; CORDENUZZI, O. da C. P; PROCHNOW, A.G. Auditoria em enfermagem: revisão sistemática da literatura. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, p. 931-937 set-out; 2011. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/321896717/Auditoria-Em-Enfermagem-Revisao-Sistematica-Da-Literatura>>. Acessado em: 24 maio 2017.
- DORNELLES, A. E. **Programas de Capacitação à Juventude Latino Americana: um estudo comparativo entre Argentina e Brasil**, 2013. 118 p. Tese (Doutorado em SERVIÇO SOCIAL) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- FELTEN, M. A. **Educação básica para todos: o acesso à educação como um meta internacional.** 2015. 79 p. Dissertação (Mestrado em EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- FERREIRA, G. R. **Capacitação por ensino à distância de agentes de saúde na prevenção de doenças parasitárias.** 2013. 103 p. Tese (Doutorado em BIOLOGIA ANIMAL) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- FERREIRA, J. F. C., TOSTES, José A., Elementos para pensar o desenvolvimento sustentável; PRACS: **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 8, n. 1, p. 123-141, jan.-jun. 2015.
- FERRETTI, R. M. **Aquiescência às normas internacionais: um estudo de caso sobre o Brasil e o sétimo Objetivo de Desenvolvimento do Milênio.** 2008. 125 p. Dissertação (Mestrado em RELAÇÕES INTERNACIONAIS) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- FIGUEIREDO, R. C. **Análise epidemiológica da malária no município de anajás – marajó (pa), no período de 2002 a 2011, em conformidade com o sexto objetivo de desenvolvimento do milênio**, 2013. 116 p. Dissertação (Mestrado em SAÚDE, SOCIEDADE E ENDEMIAS NA AMAZÔNIA) Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.
- FILHO, E. A. H. **Um modelo de gestão pública por indicadores de sustentabilidade em associação com observatórios urbanos.** 2010. 203 p Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

FILHO, G. M. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 131-142, 1993.

FILHO, H. M. Dos Objetivos do Milênio aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Lições aprendidas e desafios.

FONSECA, E. G. de J. **Análise Epidemiológica da Tuberculose no Estado do Paraná com Ênfase nos Municípios de Curitiba, Guarapuava e Paranaguá**, 2013. Dissertação (Mestrado em BIOTECNOLOGIA APLICADA A SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE) Faculdades Pequeno Príncipe, Curitiba, 2013.

FREY, M. R. **Integração da sustentabilidade no controle e na prestação de contas na gestão pública municipal sob os fundamentos da accountability**. 2015. 236 p. Tese (Doutorado em DESENVOLVIMENTO REGIONAL) Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2015.

FRIEDRICH EBERT STIFUNG BRASIL. NILO. A.; HAZARD. D. A sociedade civil e o futuro que queremos pautar na ONU. SETEMBRO DE 2014.

FUNDAÇÃO CAPES MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/acessoinformacao/perguntas-frequentes/periodicos/3571-como-funciona-o-banco-de-teses> Acessado em: 29/08/2017.

FUNDAÇÃO CAPES, 2014. <http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>

GALLO, E.; SETTI, A. F. F. Território, intersetorialidade e escalas: requisitos para a efetividade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 19, núm. 11, novembro-, 2014, p. 4383-4396.

GALVÃO. F.T.;PEREIRA. G.M, Revisões sistemáticas da literatura: passo para sua elaboração. **Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, 23(1):183-184, jan-mar 2014. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ress/v23n1/2237-9622-ress-23-01-00183.pdf>>. Acessado em: 12 julho 2017

GARCIA, Denise; GARCIA, Heloise. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e as novas perspectivas do desenvolvimento sustentável pela Organização das Nações Unidas. **Revista da Faculdade de direito da UFRGS**, Porto Alegre, vol. esp, n. 35, p 193-206, dez. 2016.

GONCALVES, S. M. **Proposta de requisitos para protótipo de software em m-health como apoio à promoção da saúde materno-infantil em conformidade com as políticas públicas de saúde**, 2016. 133 p. Dissertação (Mestrado em PROMOÇÃO DA SAÚDE) Centro Universitário de Maringá, Maringá, 2016.

INDJAI, M. Q. **Políticas Públicas na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável da Guiné-Bissau**. 2014. 152 p. Dissertação (Mestrado em DESENVOLVIMENTO REGIONAL) Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014.

ITAMARATY. **Negociações da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015: Elementos orientadores da posição brasileira**. 2014. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODS-pos-bras.pdf>. Acessado em: 23/08/2017.

JESUS, L. M. G. de. **Ganhadeiras e Zungueiras: autonomia e participação em rede no Brasil e Angola.** 2014. 100 p. Dissertação (Mestrado Profissional em DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

JESUS, P. P. H. de. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a sustentabilidade o caso da região metropolitana do Recife.** 2011. 113 p. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL) Fundação Universidade de Pernambuco, Recife, 2011.

KOZAK, C. **Perfil de saúde materno-infantil e sua relação com os serviços de saúde pública do município de Prudentópolis,** 2016. 161 p. Dissertação (Mestrado em SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?. In: Proposta, 25(71): 5-10.1997. Disponível em: <http://files.zeartur.webnode.com.br/20000003e0ad2e2a19/LAYRARGUES%20Do%20ecodesenvolvimento%20ao%20desenv%20sustentavel.pdf>>. Acessado em: 5 jul 2017.

LIMA, A. B. **Desenvolvimento além das fronteiras: discursos de combate à pobreza e os objetivos de desenvolvimento do milênio no Brasil, 2013.** 157 P. Dissertação (Mestrado em DESENVOLVIMENTO SOCIEDADE E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL) Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

LIRA, S. H. de; FRAXE, T. de J. P. O percurso da sustentabilidade do desenvolvimento: aspectos históricos, políticos e sociais. Revista Monografias Ambientais – REMOA, v.14, n. 2, p. 3172-3182, 2014.

LUZ, A. G. **Perspectiva dos profissionais sobre o impacto na assistência prestada às mulheres pela participação na rede nacional de vigilância de morbidade materna grave,** 2013. 124 p. Tese (Doutorado em TOCOCINECOLOGIA) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

MACHADO, B. B. **Desenvolvimento da Microrregião Paraibuna/Paraitinga na década de 2000.** 2016 Dissertação (Mestrado em PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL) Universidade de Taubaté, Taubaté, 2016.

MARTINS, T. O conceito de desenvolvimento sustentável e seu contexto histórico: algumas considerações. Jus.com.br. 2004. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/5490/o-conceito-de-desenvolvimento-sustentavel-e-seu-contexto-historico>>. Acessado em: 26 jul. 2017.

MATOS, M. F. M. **Acesso a medicamentos: um estudo de caso sobre o cumprimento do Objetivo 8.E das Metas do Milênio em três países da Região da América Latina e Caribe,** 2013. 169 p. Dissertação (Mestrado em SAÚDE PÚBLICA) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MATTOS. Eduardo da Silva, Desenvolvimento sustentável: uma análise histórica. **Vitrine da Conjuntura,** Curitiba, v.1, n.9, dezembro 2008.

MEDINA, E. U.; PAILAQUILÉN, R. M. B. A revisão sistemática e a sua relação com a prática baseada na evidência em saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem,** Ribeirão Preto, v. 18, n. 4, p. 1- 8, jul./ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n4/pt_23>. Acesso em: 12 julho. 2017.

- MELLO, L. C. F. de. **Atenção à gestação de alto risco na rede cegonha no médio vale do Itajaí**, 2015. 89 p. Dissertação (Mestrado Profissional em SAÚDE COLETIVA) Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2015.
- MELO, M. R. de. **A construção de um modelo de gestão descentralizada de resíduos na escola agrotécnica Federal de Uberlândia inspirado nas metas de desenvolvimento do milênio**. 2008. 105 p. Dissertação (Mestrado em ENGENHARIA CIVIL) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21. 2012. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>>. Acessado em: 26 jul 2017.
- MIKHAILOVA. Irina, Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática; **Revista Economia e Desenvolvimento**, nº 16, 2004.
- MORAES, K. F. **A promoção do acesso a medicamentos essenciais nos países em desenvolvimento: as implicações do acordo trips e a responsabilidade da indústria farmacêutica sob o enfoque do direito humano à saúde**, 2016. 117 p. Dissertação (Mestrado em Direito) Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre, 2016.
- NASCIMENTO, D. C. do. **Cidades sustentáveis e desenvolvimento regional: atualidades e perspectivas na região metropolitana do Cariri**. 2013. 155 p. Dissertação (Mestrado em DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL) Universidade Federal do Ceará, Juazeiro do Norte, 2013.
- NETO, A. F. de O. **O Papel das Nascentes no Abastecimento de Populações Rurais Difusas na Mata Pernambucana**. 2013. 153 p. Dissertação (Mestrado em DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- NETO, M. P. R. **Estudo da qualidade de águas de poços no Iguape-CE Fortaleza 2014**. 2014. 64 p. Dissertação (Mestrado em ENGENHARIA CIVIL (RECURSOS HÍDRICOS)) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- NETO, T. G. **Os projetos de combate à pobreza em parceria com o Pnud: inovações, especificidades e natureza das propostas**. 2013. 332 p. Dissertação (Mestrado em CIÊNCIAS SOCIAIS) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.
- OLIVEIRA, M. C. da S. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: a vida segura na governamentalidade planetária**. 2016. 340 p. Tese (Doutorado em CIÊNCIAS SOCIAIS) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- OLIVEIRA, R. A. de. **Desenvolvimento regional sustentável dos municípios da Amazônia Legal: análise de políticas públicas**. 2016. 170 p. Dissertação (Mestrado em ADMINISTRAÇÃO) Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2016.
- OLIVEIRA, L. D. de. A Conferência do Rio de Janeiro – 1992 (Eco-92): Reflexões sobre a Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável. In: IV ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 6, Belém, 2012. Anais... Belém: ANPPAS, 2012.
- PARDO, P. **Os impactos sociais e ambientais da industrialização: um estudo de caso no município de Sabáudia – Paraná**. 2013. 104 p. Dissertação (Mestrado em ADMINISTRAÇÃO) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

PEDRO, M. V. **PSF e ODM: a influência do Programa Saúde da Família para os estados brasileiros atingirem a meta de mortalidade na infância dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**, 2014. 102 p. Dissertação (Mestrado em CIENCIA POLITICA) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

PEREIRA, I. S. **A agenda decisória de Santa Catarina com ênfase no DST. Um estudo dos cenários institucionais e de governança vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**, 2013. 185 p. Dissertação (Desenvolvimento Regional), Universidade regional de Blumenau, Blumenau, 2013.

PINTO, R. B. R. **Percepção de Qualidade de Vida no Município de Avelinópolis-GO e Desenvolvimento Local**. 2015, Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional) Universidade de Taubaté, Taubaté, 2015.

PNUD. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/ods.aspx>. Acessado em: 21 agost 2017.

PNUD. Plataforma Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/aagenda2030.php> Acessado em: 23 agost 2017.

PORTOLAN, B. T. **Alimentos Seguros, Cuidados e Práticas de Manipulação: Um Estudo com Mulheres envolvidas no Programa AABB Comunidade do Município de Santo Ângelo – RS**. 2014. 112 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Científico e Tecnológico) Univ. Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Erechim, 2014.

PRANDI, D.; MAXIMO, L. M.; LIMA, M. T de L. S. Corrigindo os rumos? Conflitos e contradições na conformação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Anais do II Seminário de RI. 2015. Disponível em: http://repositorio.ascses.edu.br/bitstream/123456789/156/1/PRANDI_%20MAXIMO_%20SILVA%20E%20LIMA.pdf.> Acessado em: 20 set 2017.

PRATI, F. S. de M. **Baixo Peso ao Nascer: Análise Crítica e Proposta de Trabalho com Gestantes em Comunidades da Região Metropolitana de Curitiba - Estado do Paraná**, 2011. 243 p. Dissertação (Mestrado em SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

QUISPE, M. D. P. F. **Evolução temporal das desigualdades do estado nutricional de crianças menores de cinco anos em países da América Latina e Caribe**, 2017. 117 p. Dissertação (Mestrado em EPIDEMIOLOGIA) Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

RIBEIRO, M. F. **Atuação do Ministério Público na implementação de políticas públicas: estudo de caso no município de Santa Luzia no estado da Bahia**, 2016. 170 p. Dissertação (Mestrado em DIREITO) Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2016.

Rio + 20 Conferencia das Nações unidas sobre desenvolvimento sustentável. Disponível em: http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html. Acessado em: 23-08.

RODRIGUES, H. A. das N. **Doenças negligenciadas no estado de Roraima: uma análise a partir da geografia da saúde para o período de 2000 a 2013**, 2015. 158 p. Dissertação (Mestrado em AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO) Fundacao Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social, Lajeado, 2015.

- RODRIGUES, M. S. do P. **“Relacionando políticas públicas, dinâmica da paisagem e conservação da biodiversidade”**. 2014. 74 p. Dissertação (Mestrado em ECOLOGIA (CONSERVAÇÃO E MANEJO DA VIDA SILVESTRE)) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- SAMBORSKI, T. **A ação extensionista e a pobreza rural: a ater no programa Brasil Sem Miséria na região celeiro do RS**. 2016. 227 p. Tese (Doutorado em EXTENSÃO RURAL) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.
- SANTOS, G. L. dos. **"Implantação da Rede Cegonha nos estados brasileiros: um olhar para o componente do parto"**, 2013. 61 p. Dissertação (Mestrado Profissional em SAÚDE PÚBLICA) Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013.
- SANTOS, H. T. M. dos. **Aplicação da análise fatorial em cidades do vale do Paraíba considerando os objetivos do milênio**. 2015. 122 p. Dissertação (Doutorado em ENGENHARIA MECÂNICA) Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Guarat., Guaratinguetá, 2015.
- SANTOS, S. A. G. D. A. **Empoderamento feminino na região metropolitana de Salvador: uma análise a partir da presença das mulheres no mercado de trabalho e na política, entre 2003 e 2013**, 2016. 145 p. Dissertação (Mestrado em DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO) Universidade Salvador, Salvador, 2016.
- SILVA, A. M. da. **Mortalidade materna e sua distribuição nos distritos sanitários de São Luís-ma no período de 2003 a 2013**, 2016. 92 p. Dissertação (Mestrado Profissional em SAÚDE DA FAMÍLIA) Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.
- SILVA, J. M. M. da. **A expressão territorial da relação global-local: o processo de institucionalização do movimento nacional pela cidadania e solidariedade em Santa Catarina, no período de 2009 a 2015**, 2016. 168 p. Dissertação (Mestrado em DESENVOLVIMENTO REGIONAL) Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2016.
- SILVA, M. M. A. S. **Pobreza multidimensional: a educação como fator de superação da pobreza no semiárido brasileiro**. 2016. 208 p. Tese (Doutorado em DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE) Universidade Federal do Ceará, Natal, 2016.
- SILVA, P. S. O. da. **Avaliação da sustentabilidade do perímetro irrigado poção da ribeira em Itabaiana, Sergipe**. 2016. 96 p. Dissertação (Mestrado em RECURSOS HÍDRICOS) Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.
- TEIXEIRA, J. E. C. **Políticas públicas na área da saúde da infância no município de Mogi das Cruzes**, 2014, 79 p. Dissertação (Mestrado em POLÍTICAS PÚBLICAS) Universidade de Mogi das Cruzes, Mogi das Cruzes, 2014.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, **Coleção de Estudo temáticos sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2004, 96p.
- VIEIRA, P. R. **Aspectos da efetividade do direito à educação no pós cf/88: elementos filosóficos e contextuais**. 2011. 127 p. Dissertação (Mestrado em DIREITO) Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2011.

VINAGRE, M. V. de A. **Objetivos de desenvolvimento do milênio da ONU: redução da mortalidade na infância e saneamento básico urbano no Estado do Pará**, 2006. 127 p. Dissertação (Mestrado em ENGENHARIA CIVIL) Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

ZANCHIM, C. C. **Identificação das áreas com maior risco de morbimortalidade neonatal a partir de geoprocessamento**, 2013. 82 p. Dissertação (Mestrado em SAÚDE COLETIVA) Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Botucatu, Botucatu, 2013.